

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
PIMES – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**O PATRIMONIALISMO NO BRASIL:**

reflexos na formação e ação política das elites agro-exportadoras

**LEUZINETE PEREIRA DA SILVA**

Recife

2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
PIMES – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**O PATRIMONIALISMO NO BRASIL:**

reflexos na formação e ação política das elites agro-exportadoras

**LEUZINETE PEREIRA DA SILVA**

**Orientador: Prof. Dr. Olímpio José de Arroxelas Galvão**

Recife

2004

**LEUZINETE PEREIRA DA SILVA**

**O PATRIMONIALISMO NO BRASIL:**

reflexos na formação e ação política das elites agro-exportadoras

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre, no PIMES – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE.

Orientador: Prof. Dr. Olímpio José de Arroxelas Galvão

Recife

2004

Silva, Leuzinete Pereira da.  
O Patrimonialismo no Brasil: reflexos na formação e ação política das elites agro-exportadoras/ Leuzinete Pereira da Silva. – Recife, 2004.

76f.

Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

1. Patrimonialismo – Brasil 2. Elites agrárias

I. Título

CDU 330: 32 (81)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA  
PIMES – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE  
DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM ECONOMIA – COMÉRCIO  
EXTERIOR E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LEUZINETE PEREIRA DA SILVA**

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro considera APROVADA a candidata LEUZINETE PEREIRA DA SILVA.

Recife, 17 de fevereiro de 2004

---

Prof. Dr. Olímpio José de Arroxelas Galvão  
(Orientador)

---

Prof. Dr. João Policarpo Rodrigues de Lima  
(Examinador Interno)

---

Prof. Dr. Guerino Edécio da Silva Filho  
(Examinador Externo)

**ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL DA ALUNA LEUZINETE PEREIRA DA SILVA REALIZADA NO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO EM DEZESSETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUATRO.**

Aos dezessete do mês de fevereiro de dois mil e quatro, às onze horas, na sala C - 8 do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública teve início a defesa de Dissertação em Economia intitulada "O PATRIMONIALISMO NO BRASIL: Reflexos na Formação e Ação Política das Elites Agro-Exportadoras" da aluna Leuzinete Pereira da Silva qual já havia preenchido anteriormente, todas as demais condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Economia. A Banca Examinadora aprovada três de dezembro de 2003 na reunião da Comissão Permanente do PIMES - Pós-Graduação em Economia da UFPE e homologada pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEQU/UFPE, conforme processo n.º \_\_\_\_\_ será constituída pelos seguintes professores: Prof. Olímpio José de Azeiteiras Galvão (Orientador); Prof. João Policarpo Rodrigues Lima (Examinador Interno); Prof. Guerino Edécio da Silva Filho (Examinador Externo/UFPE); Prof. Tarclio Patricio de Araújo (Suplente Interno); Prof. Sinézio Fernandes Maia (Suplente Externo/UFPE). O Professor Olímpio Galvão, na qualidade de Orientador da Mestranda presidiu os trabalhos e após as apresentações formais convidou a candidata a fazer uma exposição sucinta do seu trabalho, das dificuldades que enfrentou, da experiência adquirida no campo da pesquisa científica e das perspectivas que julga encontrar em suas atividades futuras. Após a exposição da candidata deu-se início a arguição, por parte da Banca. Cada examinador teve no máximo vinte minutos para sua arguição, concedendo-se ao candidato tempo igual de resposta. Finda arguição, a Banca Examinadora deliberou

em reunião secreta sobre as menções atribuídas à Dissertação. Em seguida foram anunciadas publicamente as menções dadas pela candidata:

Prof. Olímpio Galvão: APROVADA  
Prof. João Policarpo: APROVADA  
Prof. Guerino Edécio: APROVADA

Em tempo, a mestranda terá 3 (três) meses para efetuar as correções exigidas pela banca e obter a concordância quanto ao atendimento das mesmas por parte do orientador.

E para constar lavrei a presente ata, a qual será assinada por mim, pelos membros da Banca Examinadora e pelo examinando. Recife, dezessete de fevereiro de dois mil e quatro.

Prof. Olímpio Galvão: [Assinatura]  
Prof. João Policarpo: [Assinatura]  
Prof. Guerino Edécio: [Assinatura]  
Leuzinete Silva: [Assinatura]  
Patricia Alves: [Assinatura]

Presença e Original  
Em 20/02/04  
Prof.  
Pernambuco, 17 de  
fevereiro de 2004

Aos meus pais, que lavraram a terra para que eu vivesse e ensinaram-me a amar o chão e o povo deste país.

Àqueles que, buscando o desvelamento e a compreensão da realidade brasileira, lutam por transformá-la.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por alimentar de coragem e determinação todos os dias de minha vida.

A George, amor-companheiro das dores e alegrias e aos meus filhos, Pedro Henrique e Ana Beatriz, por compreenderem as ausências e os dias de angústia.

Aos professores do Mestrado, de modo particular, ao Prof. Dr. Olímpio José de Arroxelas Galvão, pela confiança, além da sábia e motivadora orientação.

A todos os amigos do Mestrado, pelo incentivo cotidiano e solidário, especialmente: Lúcia Saraiva, Manoel Azevedo, Nazaré Barros, Keyle Freitas e Samuel Júnior.

Ao Prof. Ramiro Azevedo, pela revisão dedicada do texto e pertinentes observações.

Às professoras Isabel Diniz e Virgínia Gonçalves e ao estudante de Comunicação Social Márcio André, pelo auxílio, apoio técnico e solidariedade.

Ao Centro Universitário do Maranhão – UNICEUMA, pela efetivação da parceria com a UFPE, propiciando o presente Mestrado, valiosa alternativa para qualificação acadêmico-profissional.

“[...] A organização política do Brasil é [...] ‘uma pura arte de construção no vácuo’: a base são as **teses** – e não os  **fatos**; o material, as **idéias** – e não os **homens**; a situação, o **mundo** – e não o **país**; os habitantes – as gerações **futuras**, e não as **atuais**.”

Oliveira Viana

## RESUMO

A herança do Patrimonialismo português na mentalidade política das elites agrárias do Império brasileiro e nas duas primeiras décadas da Primeira República, é analisada a partir do embasamento teórico da dominação em Max Weber. Essa herança é identificada na configuração do Estado luso-brasileiro. Indica-se a forma pela qual houve a introjeção desse tipo de organização política no Brasil, assim como alguns traços e conseqüências da mentalidade patrimonialística à época e suas implicações para o anacronismo do desenvolvimento nacional. Destaca-se que as elites agrárias, comprometidas tão somente com a preservação do seu poder e riqueza, não seguiram o percurso histórico que conduzia grande parte das nações à época: a industrialização, visto que seus interesses prendiam-se à economia agro-exportadora, centrada em vários ciclos de exportação de produtos primários (açúcar, algodão, cacau, fumo, metais preciosos etc), desviando-se, pois, da linha de diversificação de bens primários, proposta pela Teoria da Base de Exportações, como alternativa para um desenvolvimento sustentado, como sinaliza NORTH (1955). Ao longo do desenvolvimento desses ciclos, não ocorreu a diversificação da economia e o aparecimento de outros setores com dinâmica própria, que seria um caminho para a industrialização, atividade que orientava o desenvolvimento de muitas nações, o que, historicamente, parecia indicar ser este o viés para a inserção na modernidade. A sociedade brasileira somente ingressa na Era Industrial em décadas mais recentes, posterior a 1930 e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial – embora tal percurso não tenha trazido o desenvolvimento esperado. Assinala-se, então, que os produtos de exportação constituíram-se na base econômica da sociedade patrimonial e

que, como as exportações não geraram um processo de diversificação, a economia brasileira conviveu com o atraso e a preservação de valores do passado. Em síntese, pode-se indicar como hipótese do presente trabalho, que a formação política das elites agrárias que dominaram o Brasil, do Império ao início da Primeira República, com fortes traços da herança patrimonialista, contribuiu para que estes segmentos elitistas adotassem atitudes políticas contrárias à modernização do país, o que sugere que o tipo de sociedade que foi criada, historicamente, exerceu papel determinante nos padrões de desenvolvimento econômico do Brasil.

**Palavras-chave:** Patrimonialismo. Formação Política das elites.

## ABSTRACT

The Portuguese patrimonial legacy within agrarian political elites mentality during the Brazilian empire and along the first two decades of the old republic is analysed according to Max Weber's theory of domination. Such a legacy is identified in the configuration of Portuguese-Brazilian State. The mode through which an internalizing of this type of political organization took place in Brazil is pointed out, as well as certain features and consequences of such a patrimonial mentality at that time and its results for the anachronistic national development. It is highlighted that agrarian elites, with their commitment to preserving their power and wealth only, did not follow the historical path that led the most nations towards industrialization, since their interests were attached to agrarian export economy, focused into various export cycles (sugar, cotton, cocoa, tobacco, precious metals, etc), thus deviating from the path of diversifying primary goods, proposed by the Base Theory of Exportation. Along those developmental cycles a diversification of economy did not occur nor the appearing of other sectors with their own dynamics, which would have been a path towards industrialization and it was an activity that guided most of nations development, and it seemed indicate an entrance into modernity. The Brazilian society only goes into the Industrial Epoch in the recent decades, after 1930, and mainly after World War II – therefore such path did not bring the development waited. It is thus indicated that export products were the patrimonial society economic ground, and since exportations have not generated a diversification process, Brazilian economy has lived with deferral and the preservation of past values. Therefore it is indicated as hypothesis of this paper that the political constitution of agrarian elites who dominated Brazil, from the Empire to the beginning of the First Republic, with strong traits from patrimonial legacy,

contributed for those elitist segments embracing political attitudes contrary to the country modernization, which suggests that the type of society historically created, played a determining role within the economic development patterns in Brazil.

**Keywords:** Patrimonial. Political constitution of elites.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A BASE TEÓRICA DO PATRIMONIALISMO.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1</b>	<b>Antecedentes históricos que propiciaram o surgimento do Patrimonialismo.....</b>	<b>21</b>
<b>2.2</b>	<b>Caracterização do Patrimonialismo enquanto forma de sustentação política.....</b>	<b>23</b>
<b>3</b>	<b>A INSERÇÃO DO PATRIMONIALISMO NO CONTEXTO LUSO BRASILEIRO.....</b>	<b>26</b>
<b>3.1</b>	<b>A formação do Estado patrimonial português.....</b>	<b>26</b>
<b>3.2</b>	<b>A formação do Estado patrimonial brasileiro.....</b>	<b>35</b>
<b>4</b>	<b>ECONOMIA ORIENTADA PARA O EXTERIOR (OU PARA AS ELITES AGRO-EXPORTADORAS): Breve Análise.....</b>	<b>43</b>
<b>5</b>	<b>ELITES AGRO-EXPORTADORAS: FOMENTO AO ANACRONISMO ECONÔMICO BRASILEIRO.....</b>	<b>47</b>
<b>6</b>	<b>A HERANÇA PATRIMONIALISTA – TRAÇOS FUNDAMENTAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>68</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>

## 1.INTRODUÇÃO

A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será (EDUARDO GALEANO, 1987)

Visualizando-se o cenário histórico-político contemporâneo brasileiro, observa-se uma série de peculiaridades, formas de pensar e agir que já se entranharam na cultura política do país, tais como o poder é exercido de modo autoritário, estamentário e paternalista; a administração tem cunho prebendalístico, clientelístico e nepótico; a relação do Estado com a sociedade civil é vertical, sendo que aquele oblitera quase que por completo o sentimento de liberdade desta, tornando-a incapaz de articular seus próprios interesses em prol de um projeto de vida coletiva; no campo educacional, observa-se, ainda, traços de um ensino formal estéril, dificultando um entendimento sobre a realidade e subtraindo maior especulação política e filosófica. Enfim, como será visto ao longo do presente trabalho, foi construído um lastro ideológico que permeou a vida sócio-político do país ao longo de todos esses anos, o qual remonta a suas origens – analisando-se o fenômeno do Estado no Brasil – na absorção, por parte das elites dominantes, de uma forma de dominação política com base na “organização estatal-patrimonial” e numa formação político-intelectual do referido segmento social, por demais débil, no que concerne ao estudo e interpretação desses fatores configuradores da História e da Ordem política brasileira.

A inquietação ante todos esses fatos é antiga, e foi geradora do propósito deste trabalho: quando, como e por que começou essa forma de tratar o poder e a coisa pública como extensões de manipulação “doméstica”? Qual a razão de o Brasil perpetuar-se nesse

amadorismo e imaturidade políticos? Qual a origem da mentalidade política brasileira? Que conseqüência sofreu o Brasil no que se refere ao desenvolvimento político-econômico?

Obviamente, não será possível aprofundar todas essas questões. Contudo, fazendo tais indagações, abre-se caminho para uma releitura histórica do nosso passado e um possível delineamento das nossas origens e estas remontam a uma história de colonização. Por esse percurso, chega-se a Portugal, registrando-se séculos de absolutismo e se configuram existências da dominação patrimonial e seus reflexos no emergente Brasil. Para caracterizar o citado tipo de dominação, recorre-se, no segundo capítulo, a Max Weber, visto que a mesma está associada, na Sociologia Política, à classificação weberiana de autoridade.

Realizadas tais incursões, volta-se à formação do Estado luso-brasileiro para detectar as razões pelas quais foi adotado o Patrimonialismo, eis o tema central do terceiro capítulo. Nessa abordagem, serão enfatizados aspectos da centralização política de Portugal e, também, abordar-se-á o fato do Brasil ter montado uma imensa aristocracia, que iria ser o fundamento dessa dominação. Acresce-se que os dois países, com poderes paralelos de atuação apenas local, facilitava a centralização do poder o que, por sua vez, favorecia o surgimento do Estado Patrimonial, face às suas características realçadas no capítulo dois. Ressalte-se, ainda, entre os fatores dessa adoção, a ausência da sociedade civil organizada – no caso do Brasil, faltava o próprio povo, fisicamente constituído. Sem sociedade, figuravam no cenário brasileiro o Estado e seus funcionários; prebendas (1), papéis, cargos, seriam as vantagens em troca de apoio e lealdade à autoridade patrimonial. Destaca-se

---

(1) *Praebenda*, do latim, que significa “coisas que devem ser dadas”

ainda a importância da vertente modernizadora dada ao Patrimonialismo português pelo Marquês de Pombal. Mesmo mantendo a concepção do poder exercido como “coisa privada”, esse regente vai dar nova feição ao Patrimonialismo, por introduzir uma mentalidade científica entre os lusitanos, através de revolucionárias medidas educacionais.

Essa modernização viria influenciar o pensamento do jovem Brasil, que organizava seu Estado e desenhava sua elite, e que, juntos, no Império, iriam conciliar-se para a manutenção da dominação patrimonial. Alguns reflexos do Patrimonialismo Modernizador e da “política-científica” almejada por esse superministro serão discutidos ainda no capítulo três, onde são detectados, na Constituição de 1824 e no pensamento político de Visconde do Rio Branco, traços configuradores da existência da dominação patrimonial nos segmentos elitistas do Império brasileiro.

Essa formação política das elites, calcada na mentalidade patrimonial, revelou influência também nos anos que antecedem a Revolução de 1930, uma vez que as elites agro-exportadoras, no afã de salvaguardar seus interesses particulares, empreenderam esforços no sentido de obstruir o processo de desenvolvimento industrial reinante à época. Afinal, para a manutenção do *status quo*, esses segmentos elitistas não revelariam interesse em diversificar a base de exportação, na medida em que beneficiavam-se com o modelo agro-exportador. Os requisitos essenciais para o desenvolvimento nacional (atitude democrática em relação à terra, melhor distribuição de renda, redução do poder político das elites etc) foram abolidos pelos detentores do poder ao longo do período em estudo. Assim, as elites agrárias impediram o surgimento do mercado interno e, por sua vez, o atraso da

industrialização. Esta e outras questões focadas nas repercussões de tal mentalidade na vida econômica do país, serão consideradas nos capítulos quatro e cinco.

Alguns traços marcantes do patrimonialismo serão evidenciados no capítulo seis, assim como seus reflexos no cenário político-econômico do país para, finalmente, indicar a conclusão, momento em que se evidencia que o lastro deixado pelo Patrimonialismo (tão bem absorvido pelas elites agrárias do período em estudo) influenciou, também, a ação político-econômica, inibindo a modernização do país através do florescimento da indústria nacional.

Acredita-se que a análise de tais fatos proporciona uma melhor compreensão do que talvez se poderia chamar de identidade político-cultural do Brasil. Advém desse entendimento a iniciativa de, através deste trabalho, contribuir para a análise de um aspecto da realidade brasileira qual seja: a reconstituição das origens da mentalidade política das elites deste país, buscando-se também detectar a influência da visão adotada em Portugal à época da configuração do Brasil enquanto Nação – uma vez que se observa uma História de Colonização, formação intelectual e política realizada em solo lusitano, além de uma herança estamental-patrimonial que permeou a organização política brasileira no decorrer de sua História, fatos que em muito repercutiram na vida nacional ao longo do Império e primeiros anos da República, os quais, por esta razão, devem ser estudados.

A absorção de conhecimentos não tem sentido se estes não forem utilizados para a análise da nossa História e do nosso tempo, com o intuito de contribuir-se para uma releitura do passado e melhor compreensão do momento presente. Assim sendo, este

trabalho foi motivado por uma inquietante tentativa de busca dessa identidade e da compreensão da forma como o poder foi exercido, no Império brasileiro, assim como nos anos que antecederam à Revolução de 1930, associada à visão de que a Universidade – enquanto formadora e fomentadora consciente do saber – não pode silenciar e deve um retorno à sociedade, na medida em que, questionando e analisando seus problemas, aponta possíveis soluções, ou que, pelo menos, faça com que a sociedade compreenda melhor o momento histórico em que vive.

Deste modo, entende-se que a História Política Brasileira – cujo percurso leva, inevitavelmente, a uma dominação unilateral e autoritária – para ser melhor compreendida, deve passar pelo resgate de suas origens, com Estado forte e sociedade frágil. E, partindo do princípio de que foram sempre alguns poucos que exerceram o domínio arbitrário no Brasil, busca-se investigar sobre a formação política das elites agrárias que, de uma forma ou de outra, fizeram parte do poder no período em análise.

## 2. A BASE TEÓRICA DO PATRIMONIALISMO

[...] El 'Estado providente' es el lema del patrimonialismo, lema que ha surgido no por la fidelidad jurada a la librecamaradería, sino em virtud de la relación autoritaria entre el padre y los hijos. El idel de los Estados patrimoniales es el 'padre del pueblo. (MAX WEBER)

[... ] Pelo uso de palavras e gestos sancionados a elite extrai sangue, trabalho, impostos e aplausos das massas. (HAROLD LASSWELL)

De um modo geral, exercer poder sobre os indivíduos ou grupos, é entendido como dominação ou, dito de outra forma, é o exercício da autoridade de forma soberana, o que implica numa ausência de restrição ou neutralização do poder.

O domínio sobre os homens historicamente tem sido um meio de obter-se o fim político desejado. Através do poder político, impõe-se uma relação unilateral entre os indivíduos, onde a vontade é manipulada pelo outro – geralmente através da força – conferindo àquele a condição de dominado. Contudo, para que haja esse condicionamento de um sujeito sobre o outro, é fundamental considerar-se, além da esfera política, os aspectos econômico e ideológico. Configurando o poder econômico, pode-se dizer que quem possui bens em abundância, pode condicionar o comportamento dos menos favorecidos. Por outro lado,

o poder ideológico funda-se sobre a influência que as idéias formuladas de uma determinada maneira, ou emitidas em certas circunstâncias, por uma pessoa revestida de autoridade, e difundidas por certos meios, têm sobre o comportamento dos comandados. Deste tipo de condicionamento nasce a importância social em todo o grupo organizado daqueles que sabem, sejam eles sábios, sejam sacerdotes das sociedades arcaicas, sejam intelectuais ou cientistas das sociedades evoluídas, pois que, através deles e dos valores que eles difundem [...] se realiza o processo de socialização necessário à coesão e integração do grupo (BOBBIO, 1984, p. 23.)

Com Max Weber (1964) essa abordagem recebeu caráter peculiar bastante significativo para auxiliar no entendimento das relações de poder existentes no solo luso-brasileiro à época de sua constituição enquanto Nação. Deste modo, segundo Weber, a palavra dominação não é adequada a todo tipo de exercício do poder com relação aos indivíduos ou grupos, mas, sim, à probabilidade de se encontrar obediência dentro de um grupo determinado para mandados específicos. Por essa razão, a autoridade requer um quadro administrativo, que se liga ao ser que domina por obediência, ligação esta que se pode dar por vários motivos: costumes, interesses materiais e ideais. E é justamente a natureza dessas razões que determina o tipo de dominação predominante, pois ele entende que tal exercício faz com que o mandado a que se deve obedecer, converta-se em princípio da conduta de quem obedece.

Além desses motivos, obedece-se porque se acredita na validade da dominação, uma vez que esta busca pretende ser legítima, assegurada por um ideário envolvente aos olhos dos dominados e muitas vezes por meio da força militar. Assim sendo, a sua pretensão de legitimidade consolida a existência da autoridade e codetermina a sua natureza. Ao que parece, o surgimento da Monarquia de Direito Divino foi o alicerce para que se mantivesse essa crença naquele que domina, tornando-se difícil a possibilidade de crítica quanto à legitimidade daquela dominação: quem domina tem poder divino, portanto, é legítimo. Dentro dessa visão, sendo Deus – Pai, deve-se obedecer àquele que fala e domina em Seu nome (2).

---

(2) Por exemplo, a Bíblia (Tito, 3:1; Rom. 13: 4) explicita a obediência como norma divina

Desde o século XIII originou-se na Europa Ocidental a concepção (provinda do Direito Romano) segundo a qual a lei teria uma dependência estrita da autoridade real que a promulgasse. Isso propiciou o estabelecimento do absolutismo monárquico que, apoiado na teoria cristã de origem divina do poder, estaria destinado a duradouro e promissor futuro.

Seguindo essa linha, Portugal mergulhou com profundidade nesse ideário, permanecendo séculos numa dominação absolutista marcadamente centralizada (só da formação do Estado Luso até a permanência da Dinastia de Avis foram 439 anos). Os legistas portugueses encarregaram-se de montar a base teórica em que se apoiaria o processo político lusitano. Informa-nos Sérgio Buarque de Holanda, a respeito, que para o legista português João das Regras

o rei era a própria autoridade, liberdade, livre vontade e poder absoluto. Estaria configurada, assim, a imagem do monarca, uma vez que correspondiam tais expressões à convicção de se concentrarem em suas mãos todos os poderes, por vontade divina, com o objetivo de tornar as necessárias medidas, visando a realização do bem-estar coletivo. (HOLANDA, 1981, p.15-16)

Contudo, na ótica de Max Weber, isso demonstraria que em Portugal, particularmente, o campo seria propício para não se questionar a legitimidade da dominação. A Nação Lusitana já nasceu aprendendo a acreditar que a autoridade monárquica era legítima, por isso sempre obedeceu àquele que ocupava o poder. Até porque o absolutismo monárquico nesse país ocorreu de modo injuntivo, considerando-se que a sociedade civil – quando da formação do Estado português – não estava organizada politicamente para que surgisse o confronto com o poder estabelecido. Tal situação viria traçar os rumos da vida política lusitana, pois

a singular história portuguesa, sulcada interiormente com a marcha da supremacia do rei, fixou o leito e a moldura das relações políticas, das relações entre o rei e os súditos. Ao príncipe, afirma-o prematuramente um documento de

1098, incube reinar (regnare), ao tempo que os senhores, sem a auréola feudal, apenas exercem o dominare, assenhoreando a terra sem governá-la (FAORO, 1987, p.3-4.)

Desse modo, a cultura política de Portugal teve essa marca indelével, qual seja: a introjeção do entendimento de que é legítimo o comando de um e a obediência de todos. Acima do rei, senhor de tudo, só a Santa Sé, na figura do Papa. E a secular obediência ao soberano no contexto lusitano – associada aos interesses dos legistas, dos fidalgos, das cortes e da nobreza agrária, todos colaboradores do reino formando seu quadro administrativo – configura a presença do conceito weberiano de dominação em Portugal.

Weber distingue três tipos de dominação: racional, carismática e tradicional. A primeira – forma predominante de ordenação política no Ocidente moderno – é exercida de modo impessoal e objetivo, uma vez que o imperativo são as ordens instituídas por uma autoridade legal; a segunda caracteriza-se pela obediência não às ordens impessoais, mas a uma pessoa de confiança, confiança esta conquistada e demonstrada através de atos heróicos e exemplares; a terceira apóia-se nas tradições que regeram a ordem social em tempos antigos; portanto, obedece-se não a normas instituídas ou a pessoas carismáticas, mas a um indivíduo chamado pela tradição, reconhecido pela sabedoria tradicional.

Insere-se o Patrimonialismo – assim como o Patriarcalismo e o Sultanismo – nessa terceira e última classificação weberiana. Entretanto, antes de explicitar esse tipo de dominação, faz-se necessário buscar as origens da palavra Patrimonialismo.

A palavra *Patrimonium*, deu origem ao vocábulo português Patrimônio. No latim, tem o sentido de “patrimônio”, “bens de família”, “herança”, “posses”. A sua raiz se

prende a *Pater, is* (vocábulo da 3ª declinação, masc.). O étimo remoto é o grego *Patér*, com o sentido de “pai”). Deram origem ao termo Patrimonial. Esse adjetivo foi documentado no século XV, vindo do latim *patrimoniãlis*, “patrimonial, relativo ao patrimônio, à herança paterna”, de cuja expressão forma-se, no século XX, o derivado Patrimonialismo, neologismo ainda restrito à terminologia das ciências sócio-políticas.

O Patrimonialismo, mesmo mantendo o modelo original do “*pater familias*”, exerce a autoridade política, projetando-se para fora da esfera doméstica, da “casa real”, abrangendo populações e territórios mais extensos. E, realizada a sua sustentação, ele se diferencia do Patriarcalismo, por exemplo (outro subtipo da dominação tradicional), pela imposição de alguns requisitos organizacionais que o impossibilitem sustentar um poder centralizado em larga escala. Isso implica no alargamento do quadro administrativo, assemelhando-se a um corpo de funcionários. E é justamente com a formação desse corpo funcional controlado que se inicia a passagem do Patriarcalismo ao Patrimonialismo. É esse quadro administrativo que se configura como o ponto de apoio para o desenvolvimento do poder patrimonial.

O recrutamento e ampliação do quadro administrativo aumenta a margem de poder arbitrário que o soberano pode exercer, tornando as bases mais flexíveis e adaptáveis, o que leva à expansão do mesmo. Tal ampliação provoca o distanciamento do monarca em relação aos súditos, fazendo destes instrumentos de suas vontades.

Uma vez montado o seu corpo funcional, o Estado Patrimonial forma o estamento burocrático, cujo objetivo é controlar a vida social, com o intuito de assegurar o

poder. Os laços fraternais peculiares ao sistema feudal e ao patriarcalismo, frágeis e, por isso, susceptíveis de serem abolidos, não aparecem na dominação patrimonialista. A burocracia é imperativa, configurando uma nova relação entre o monarca e o cidadão, na qual o primeiro exerce a autoridade suprema. Forma-se um relacionamento frio, susceptível de ser abolido, fenômeno que não aparece na dominação patrimonialista, posto que a burocracia é imperativa, configurando uma nova relação entre o monarca e o cidadão, onde os cargos e as prebendas funcionam como forma de agradar (ou pagar) aos servidores, em troca do apoio necessário à manutenção do poder patrimonial.

## **2.1 Antecedentes históricos que propiciaram o surgimento do Patrimonialismo**

As navegações, os descobrimentos, as colônias e os novos mercados, foram acontecimentos que apressaram grandes transformações na História. O surgimento das manufaturas provocou a irrefreável acumulação do capital, culminando com a expropriação de terras dos produtores e a separação da produção artesanal dos meios de produção. Foi o rompimento com o Feudalismo e o nascimento de uma forma de capitalismo. O universo feudal da Europa desmorou-se no século XV. Com o aparecimento das manufaturas e das monarquias absolutas, surgiu a economia monetária, que ascende ao mercado de relações de troca. O progresso comercial se abriu com a moeda – e esta, uma vez emancipada, preparou o caminho do capitalismo comercial para uma nova ordem social, com um governo oligárquico diferente, mais audaz e empreendedor.

Tendo como política econômica o mercantilismo, o Estado Moderno se, por um lado, propiciou a expansão ultramarina, por outro, possibilitou-lhe o fortalecimento que, unificado e centralizado na pessoa do rei, equilibrou as forças sociais e promoveu a estabilização a ordem interna. Portugal foi o primeiro país a centralizar-se e o primeiro a iniciar a expansão ultramarina; e esta centralização (que caracterizou o Estado Moderno), possibilitou o surgimento da dominação patrimonialista.

Segundo Max Weber (1964), ao analisar-se o processo histórico de formação dos Estados Modernos, países de fraca tradição feudal tendem ao florescimento do Patrimonialismo (é o caso, como se constará, de Portugal e do Brasil), dada a inexistência ou insignificância nos mesmos de poderes paralelos, o que leva a uma virtual concentração de poder nas mãos de um único governante.

A nobreza agrária em países como a Espanha e Portugal (assim como em suas possessões latino-americanas) jamais teve força para se contrapor ao poder central; sua atuação era em nível local, como delegados desse poder, embora com ilimitada autoridade em sua área. No contexto luso-brasileiro, em particular, esse fato é bastante peculiar dada a maneira pela qual os Estados português e brasileiro formaram-se. Em ambos os casos houve a precedência do Estado em relação à configuração da sociedade civil politicamente organizada, o que teve, como consequência, dificuldades para que o Estado montasse sua burocracia própria, fazendo-o buscar auxílio na aristocracia agrária, já que esta detinha vasta autoridade local, e, recebendo vantagens e prebendas, torna-se dependente do poder central, não desempenhando papel ameaçador ao mesmo. Estaria configurada, assim, apesar

da parcial autonomia dos senhores de terras, a concentração de poder nas mãos do monarca, característica do Patrimonialismo.

## **2.2 Caracterização do Patrimonialismo enquanto forma de sustentação política**

O Patrimonialismo é um tipo de organização política de estrutura centralizada, tendo como base o estamento burocrático – segmento social que tem como função assegurar o poder através do controle de todos os domínios da vida social. Distribuem-se cargos burocráticos, por exemplo, em troca de apoio ao poder patrimonial; é a burocratização do Estado, de caráter prebendalista, para a sustentação da dominação.

Na concepção patrimonialista, a autoridade apropria-se do poder como um objeto qualquer de posse, constituindo-se como um direito próprio do soberano – uma espécie de patrimônio pessoal do governante.

Enquanto o Feudalismo “desconhece a unidade de comando – germen da soberania -, que atrai os fatores dispersos, integrando-os; apenas concilia, na realização da homogeneidade racional, os privilégios, contratualmente, de uma camada autônoma de senhores territoriais” (FAORO, 1987, p.18) o sistema patrimonial prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano.

No sistema feudal, a camada dominante se associa ao rei por

convívio fraternal e de irmandade, dispõe de poderes administrativos e de comando, os quais, para se atrelarem ao rei, dependem de negociações e entendimentos [...]. O serviço ao rei e o serviço aos senhores, por meio do conceito de vassalagem, não constitui uma obrigação ou um dever – forma um apoio livre, susceptível de ser retirado em qualquer tempo. (FAORO, 1987, p. 19).

Tratando-se do relacionamento entre dominantes e dominados, “o feudalismo de vassalagem somente se interessa pela sorte de seus súditos na medida em que isto diz respeito aos seus próprios interesses econômicos”, como afirma Antonio Paim (1978, p.7) seguindo a óptica weberiana. Entretanto, com o Patrimonialismo, surgiu uma ordem burocrática, e uma nova relação entre o soberano e o cidadão, estando aquele sobreposto a este, como um chefe e um funcionário. Para ampliar o poderio, o sistema patrimonial buscou apropriar-se sucessivamente de novas funções e, ainda, possibilitando benefícios extras para seus funcionários, com fins de sustentação política.

O cargo, no Patrimonialismo, é mais um negócio a explorar, um reino a ordenar. O estamento burocrático entende a valorização social como uma decorrência do prestígio do mando político.

O Estado, na condição de grande sábio, provedor e exímio administrador, é quem distribui a riqueza, faz a opinião e qualifica os opulentos. Desse modo, provoca o entendimento de que ele tudo pode (o “pai do povo”) e o indivíduo quase nada é. Isso tem inibido, há séculos, a sociedade, na medida em que, absorvendo esse entendimento, ela se tem limitado a esperar as decisões, a seu favor, vinda dos palácios, das câmaras ou dos ministérios.

Esse relacionamento entre o Estado (o que executa) e a sociedade civil (a que espera) no sistema patrimonial é evidenciada, por exemplo, com Raymundo Faoro na análise – em forma de caricatura – de personagens da obra de Machado de Assis: “Bentinho, condenado ao seminário e ao jejum dos olhos de Capitu, sonha que o imperador desligará a promessa da mãe e selará o noivado”. (FAORO, 1987, p.393).

Assim, o poder não é exercido em nome da maioria, mas é exercido em nome e pela minoria.

[...] Governam e mandam porque devem dirigir, porque deles é a supremacia política social... A nação só não deve se organizar para se converter em inimiga, no limite do jugo tolerável. O contato entre governo e governados, distante, frio, indiferente, só ganha dramaticidade nesse limite extremo, no limiar da conduta que despoja o povo de sua honra e do pão. Fora daí, pela violência ou pela astúcia, com a mão suave ou com a mão severa, tudo se permite, contando que não se quebre a comunidade armada junto da Coroa. (FAORO, 1987,p.393).

Desse modo, governo e povo se antagonizam, veladamente. Andam por caminhos distintos e, paradoxalmente, buscam-se um ao outro.

### **3. A INSERÇÃO DO PATRIMONIALISMO NO CONTEXTO LUSO-BRASILEIRO**

[... ] O Brasil se formara às avessas, começara pelo fim. Tivera Coroa antes de ter Povo. Tivera parlamentarismo antes de ter eleições. Tivera escolas superiores antes de ter alfabetismo [...] Tivera conceito exterior antes de ter consciência interna[...]  
(ALCEU AMOROSO LIMA)

O estudo do Sistema Patrimonial no contexto lusobrasileiro prende-se ao fato de ser uma forma elucidativa de encarar o processo político-social do Brasil – o que nos interessa neste trabalho – dada a uma longa história de dominação patrimonial evidenciada naqueles países.

#### **3.1 A formação do Estado Patrimonial Português**

A história de Portugal está ligada a um longínquo e marcante passado de lutas, vitórias e conquistas, qual seja, os séculos de guerra contra os mouros e o pioneirismo na expansão marítima. Todavia, o espírito guerreiro da Nação Ibérica esvanece-se com a adoção de uma Monarquia Absolutista, formando-se um Estado centralizado, em meio a um contexto europeu de descentralização política.

Com o estabelecimento da monarquia portuguesa, o povo guerreiro transformou-se em súdito, em obedientes soldados de um rei, o novo chefe da “guerra”. O soberano,

como senhor do reino, dispunha, instrumento de poder da terra, num tempo que as rendas eram predominantemente derivadas do solo [...]. Os dois caracteres conjugados – o rei senhor da guerra e o rei senhor de terras imensas – imprimiram a feição indelével à história do reino nascente. (FAORO, 1987, p.04)

É oportuno lembrar, ainda, que nas centenárias lutas contra os mouros já se iniciaria o auxílio de consideráveis parcelas da aristocracia europeia. Associada a isso, está particularidade de que não havia na sociedade portuguesa – quando da formação do Estado centralizado – uma organização que possibilitasse resistência ao surgimento da Monarquia Absoluta. Tais fatores, uma vez reunidos, demonstram que a dominação patrimonial permeou a vida política lusitana desde os seus primeiros passos.

Analisando-se a formação do Estado português, percebe-se que este se voltou, desde o surgimento, para um destino patrimonial de preponderância comercial, daí o Feudalismo não se ter fixado naquele país. Embora a maior parte dos portugueses na Idade Média tenha vivido da agricultura, a atividade comercial e marítima é que definiu o gênero nacional português, conforme estudos de Manuel Dias Nunes apud Faoro(1987, p.21). De acordo com a análise deste pesquisador, isso retira a concepção agrária que caracterizaria a monarquia portuguesa segundo seus historiadores; afinal, é fato que houve a abertura de Lisboa ao oceano, sendo o comércio a partir daí o meio natural da obra de reconquista e da independência. Um exemplo típico foi o abandono da cultura do trigo que passou a ser adquirido em mercados estrangeiros, a um preço melhor do que o produzido em suas terras.

Ainda assim, no Estado português, desde os seus primórdios, formou-se um grande patrimônio rural, bem maior que o da nobreza. E, pelo fato de ter surgido antes do desenvolvimento e articulação política da sociedade civil, o Estado não pôde criar sua

burocracia própria. Desse modo, auxilia-se da aristocracia agrária para melhor dominar o território, dando, em troca, concessões, vantagens e lealdade. Por esta razão, os senhores de terras jamais foram uma ameaça ao monarca, sendo dependentes desde o que, conseqüentemente, gerou o fortalecimento do poder do rei, ficando configurada, assim, a ausência de desconcentração de poder – característica do Feudalismo.

Percebe-se, então, que os senhores de terras eram uma espécie de “funcionários do monarca” (e o funcionário, como esclarece Faoro (1987, p.23), “é o outro eu do rei” no sistema patrimonial), com poderes delegados pela Coroa, o que já caracteriza a dominação patrimonial.

A Coroa separava nos nobres a qualidade de funcionário da qualidade de proprietário [...] O rei, quando precisava do serviço militar da nobreza, pagava-o como se paga a um funcionário. Formou-se em Portugal, portanto, um Estado patrimonial e não feudal. Portugal, como dizia Alexandre Herculano, não conheceu o feudalismo (PAIM, 1978, p.10)

As origens do Patrimonialismo português são antigas. O Estado patrimonial português teve uma direção pré-traçada e remontam suas origens ao afeiçoamento pelo direito romano – onde estão assentadas as colunas fundamentais do Estado lusitano.

Contudo, a manutenção do absolutismo e do dogmatismo religioso, assim como o predomínio de uma educação tradicional, faziam de Portugal uma nação atrasada em relação ao resto da Europa, onde havia a efervescência de toda uma revolução filosófica (e, conseqüentemente, a revolução nos campos sócio-político-econômico).

O agrupamento burocrático português após lançar-se à conquista marítima, de certo modo enriquece e, em torno da família real, explorava o Estado como seu patrimônio, acabando por evidenciar sua incapacidade de liderança e autonomia. Dominado externamente pela Inglaterra (desde 1703, com o Tratado de Methuen, limitando as atividades econômicas portuguesas) e internamente pelas Ordens Religiosas (com os Jesuítas à frente), assim vivia a Nação lusitana. Recolhia-se a elite de Portugal numa escolástica decadente, não se aceitando idéias novas vindas de países adiantados. Em meados do século XVI, movimentava-se a Santa Inquisição ou Tribunal do Santo Ofício, instrumento da Reforma Católica que viria aterrorizar aos que aspirassem a um mínimo de liberdade de consciência. Esta preferência é evidenciada em

levantamentos existentes da situação social dos condenados entre 1682 e 1691. Cerca de 57% são pessoas das classes abastadas ou intelectuais; 30% são oficiais artesãos (oficiais mecânicos) e apenas 12% de trabalhadores humildes”. Eram visados aqueles grupos “capazes de manifestar oposição à cultura monolítica e ao cordão sanitário que se estabelecera em sua volta, para impedir influências contrárias, oriundas do exterior.(PAIM, 1978, p. 18)

A inquisição, associada ao movimento dos Jesuítas – com um ensino arcaico, veio configurar os contornos da sociedade portuguesa, atrasando-a durante os séculos XVI, XVII e 1ª metade do século XVIII. Por esta razão, Portugal “perde o trem da história”.

Côncio desse atraso, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699 – 1782), o Marquês de Pombal, faz revolucionárias alterações em todos os campos da vida do país, com o intuito de vencer essa decadência, fazer Portugal ingressar no mundo moderno e figurar entre os poderosos do mundo. Para tanto, inicia por introduzir uma alteração radical na ideologia patrimonialista tradicional, na condição de ministro de D. José I, que ficou completamente amortecido e apático diante da onipotência do marquês de Pombal. Em

busca da superação desse atraso, esse superministro acrescenta ao Patrimonialismo reinante naquela Nação um forte e duradouro influxo modernizador.

Ainda que no Patrimonialismo Modernizador prevaleça a concepção tradicional de Estado – o poder como “coisa privada” – o que caracteriza, particularmente dentro da visão pombalina, é a crença na possibilidade de uma “política científica” – uma nova concepção de organizar e exercer o poder. A Ciência (entendida como Ciência Aplicada) passa a ser o fundamento da dominação patrimonial. Além do conhecimento científico ser o meio mais eficaz para a conquista da riqueza e do progresso econômico, constituía-se, também, como inspiração para nortear a vida moral e política da Nação Lusitana.

Para garantir esse ingresso na modernidade, o Marquês de Pombal buscou, através da criação e reforma de diversas instituições, desenvolver a modernização da mentalidade portuguesa no que se refere:

- a) À cultura, mediante a aquisição do ideário europeu vigente;
- b) À economia, através do desenvolvimento da indústria;
- c) Ao Estado patrimonial, por meio da formação de uma elite burocrático-técnica.

Para acompanhar o “século da razão”, Portugal precisaria sair do ensino dogmático dos Jesuítas e conhecer as “novas idéias” que então norteavam os demais países europeus, onde o conhecimento científico estava sendo o passo fundamental para atingir o progresso e o desenvolvimento. Outrossim, as luzes das ciências já eram evidenciadas pelo

movimento científicista iniciado ainda no século XVIII, onde se lutava pela “dignidade da ciência natural moderna”, o que implicaria na busca de um método exato e operacional para o cientista. Esse movimento viria contribuir para que a ciência alcançasse reconhecimento social nos séculos XVII e XVIII.

E o espírito do “século iluminado” iria ser representado em Portugal pelo Pe. Luís Antonio Verney (1713 – 1792), com sua exacerbada crença na razão, no saber e na ciência, entendida como condição básica para o progresso e modernização de um país. Para tanto, propôs o “iluminista” português a reforma do curso universitário (e a abolição do monopólio jesuítico) e a transformação do Tribunal do Santo Ofício na Real Mesa Censitória, com preocupações mais governamentais – manutenção do poder real – do que religiosas. O Marquês de Pombal, identificando-se com o movimento científicista e aspirando ao progresso de Portugal, executa as propostas do Pe. Verney.

A realização de tais mudanças revolucionou todas as vertentes da pátria lusitana: vida religiosa, cultural e moral. É como se surgisse um novo Portugal. O terremoto que destruiu Lisboa em 1755 coincide com o início da era pombalina, uma outra espécie de “terremoto” que iria propiciar grandes transformações no cenário daquele país.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, o sistema educacional luso desarticula-se; somente treze anos depois é que se viabiliza um estatuto definitivo para a reorganização do ensino naquele país. Diante da decadente Escolástica, Portugal estava com sua intelectualidade debilitada para fazer frente ao Iluminismo. Mantendo o absolutismo régio, a filosofia política do Marquês de Pombal não iria seguir a linha dos demais iluministas do

século XVIII. É a sua reforma educacional que vai caracterizá-lo como adepto do Iluminismo. Seguindo o espírito do “século das luzes”, retira a Escolástica praticada pelos Jesuítas e, em seu lugar, coloca o conhecimento newtoniano estabelecido na Filosofia Natural, os raciocínios teóricos derivarão de princípios demonstrados (não por hipóteses ou suposições, mas de modo absoluto ou por raciocínio matemático). Deste modo, cria, ao reformar a Universidade de Coimbra em 1772, as Faculdades de Matemática e de Filosofia – “filosofia natural”, isto é, “ciência aplicada” – com o intuito de formar homens capazes de identificar as riquezas do Reino e explorá-las e adquirir o conhecimento científico de seu tempo, tornando-o norteador da vida moral e política do homem português.

No campo econômico, pretendia esse superministro livrar-se da tutela inglesa, tirar o máximo de proveito das riquezas do Brasil e industrializar Portugal, seguindo uma linha mercantilista. Para tanto, cria as Companhias de Comércio, com seus exorbitantes monopólios. Na verdade, o que o ministro almejava era o crescimento econômico da Nação Lusa com estagnação política.

Na esfera política, no entanto, foram as “novas idéias” que o guiaram, todavia, não havia uma sistematização dessas idéias: eram caracterizadas pelo ecletismo e superficialidade, sem formarem um todo harmônico, o que viria confirmar a estagnação política de Portugal, visto que a idéia de modernização não tinha cunho político mas, sim, técnico-científico. Surgiu, assim, a elite burocrático-técnica, que iria modificar a feição do Estado Patrimonial português, muito embora o esquema concentrado do poder patrimonialista não viesse a modificar-se, pois a queda do absolutismo teocrático não foi substituída por “um regime de democracia representativa, como tinha acontecido na

Inglaterra, após a Revolução Gloriosa de 1688. Apareceu assim como alternativa modernizadora, no seio da cultura lusa, o despotismo ilustrado ou patrimonialismo modernizador.”( RODRIGUÉZ apud DAL’CIN, 1987, p. 48).

Na verdade, o Marquês de Pombal, ao mesmo tempo que buscava o avanço de sua Nação, a tornava escrava, uma vez que mesmo “iluminando” Portugal com as Ciências e Artes, o Ministro “escurecia” as relações entre soberano e súditos, tornando-se um déspota.

A partir do Marquês de Pombal, Portugal passaria a pensar de outra forma, adquirindo as idéias vigentes na Europa com vistas à incorporação da nova mentalidade científica. E é justamente neste ponto que reside a peculiaridade da política pombalina, ou seja: as reformas executadas não viriam modificar somente os currículos escolares, mas, sim, reformar a mente da Nação Lusitana, incutindo-lhe as Ciências como fonte de saber e desenvolvimento. A partir de então, a fé do português iria voltar-se para o conhecimento científico, como sendo algo sagrado. A influência de Verney e da leitura de textos clássicos sobre Ética e Política fez com que o Marquês de Pombal não incluísse nos estudos universitários obras de Maquiavel, Spinoza, Hobbes, Locke etc. Para Verney, tais obras eram consideradas “ímpias” e, além do mais, o Marquês de Pombal precisava era do conhecimento científico para o progresso material do país, “sem os riscos das interferências políticas”.

A reforma pombalina “abriu para os alunos um mundo novo. Formaram-se [...] alunos mais preocupados com a realidade concreta do que com a erudição livresca e

abstrata” ( BARRETO, 1982, p. 23) todavia, tirou-lhes qualquer possibilidade de especulação política e filosófica, não só pelo “perigo” que isso acarretaria à manutenção do absolutismo régio, mas também porque a preocupação básica de Sebastião José de Carvalho e Melo era com o progresso científico de Portugal que, segundo ele, seria o único caminho possível para o ingresso na modernidade.

A importância que teve a Ciência nos séculos XVII e XVIII foi ampliada à época desse superministro, passando a ter um reconhecimento bem maior e a ser o alicerce para a formação de uma elite burocrático-técnica capaz de implementar seu grande ideal que era fazer da Nação Lusitana figurar entre as maiores Nações do Mundo. Isso evidencia um fato essencial para o entendimento da vida luso-brasileira do “século da razão”: de movimento cientificista que era com vistas à busca do reconhecimento e da dignidade da ciência – esboça-se não uma simples credibilidade para ela, mas uma verdadeira mentalidade cientificista é formada em Portugal. Há uma revolução na forma de pensar lusitana; surge um outro Portugal, onde as crenças, hábitos e disposições intelectuais são transformadas com a introjeção dos conhecimentos científicos, passando a ser cultuados e aplicados às esferas da vida ética, política e cultural portuguesa. As Ciências passaram a ser o patrimônio para o ingresso na modernidade e o novo fundamento do poder patrimonial, tendo como sustentáculo agora (ao invés da Igreja e da Inquisição) uma elite burocrático-técnica capaz de garantir a organização científica do Estado e da sociedade, o que viria configurar-se como um marco no Portugal do século pombalino e no nascente pensar brasileiro.

### **3.2 A formação do Estado patrimonial brasileiro**

No que tange à dominação patrimonial em solo brasileiro, deve-se considerar, a princípio, as controvérsias de alguns historiadores a respeito da existência ou não do sistema feudal no Brasil. Surge, assim, a necessidade de uma breve análise do processo de colonização aqui instalado.

Conforme Martins Júnior citado por Faoro (1987, p.127), com o sistema de capitâneas hereditárias, o donatário exercia as funções de “chefe militar e chefe industrial, senhor das terras e da justiça, distribuidor de sesmarias e penas, fabricante de vilas e empresário de guerras indianóforas.” Acima dos “capitães-governadores” estão o rei, as Ordenações e as leis gerais do reino. Todavia, pode-se constatar quase que completa soberania política dos donatários nas suas circunscrições. Não se deixando de considerar que, como o sistema de capitâneas hereditárias era fruto da colonização – e esta, obra do Estado português – os donatários eram uma espécie de comandantes de uma empresa comercial cujo dono era o Monarca. Portanto, nada mais eram que “funcionários do rei”.

Ainda segundo Martins Júnior, o feudalismo colonial não teria a pureza do sistema europeu. Seria mais uma tendência social contra os preceitos das Ordenações e não uma expressão legal. Teria, portanto, o sistema feudal brasileiro caracteres atípicos, tendo brotado da organização política e territorial das capitâneas sendo os donatários os troncos desse sistema feudal, “consolidado pela transmissão plena e hereditária da propriedade e pela amálgama, em suas mãos, de soberania e da propriedade” (MARTINS apud FAORO, 1987, p. 129).

Entretanto, para FAORO (1987, p. 130-131):

a tese mais convincente em nossa história repele o chamado feudalismo brasileiro. A empresa de plantação teve nítido cunho capitalista – dentro do capitalismo mercantil e politicamente orientado do século XVI português. As relações entre os capitães – governadores e o rei e entre os potentados rurais e o governo tiveram, de outro lado, acentuado cunho matrimonial, pré-moderno. O donatário caracterizou-se pela qualidade dupla de fazendeiro e autoridade, sem a fusão de ambos, fusão incompatível com a ordem legal portuguesa, vigente no século XVI. Opõe-se ao feudalismo a própria natureza dos favores concedidos aos donatários, favores de estímulo a uma empresa que o rei engordava para colher benefícios futuros – é o capitalismo politicamente orientado em ação. O rei delimitou as vantagens da colonização, reservando para si o dízimo das colheitas e do pescado, o monopólio do comércio do pau-brasil, das especiarias e das drogas, o quinto das pedras e metais preciosos... Servia-se dos particulares – nobres e ricos, com suas clientelas e parentes sem cabedal acenando-lhes com a opulência e o lucro fácil, móveis de ação tipicamente capitalistas [...] Não havia, no sistema brasileiro, nem o feudo nem o vínculo de vassalagem, triturados ambos pela economia mercantil, derretidos pelo açúcar. O rei subordinava as pessoas, o governo dirigia as ações [...] Essa relação vertical não se coaduna com o feudalismo, no qual vive a idéia de pacto entre as camadas desiguais, mas estruturadas rigidamente em privilégios.

São inegáveis os efeitos descentralizadores dos donatários, decorrentes do isolamento geográfico, da extensão da costa, geradores de núcleos de autoridade social. Porém, a verdade era que o rei estava permanentemente em estado de vigilância, “atento ao seu negócio”, na expressão de FAORO (1987). Observa-se, com isso, uma virtual concentração de poder nas mãos do monarca – que vai ser consolidada com o governo-geral, o que caracteriza a dominação patrimonial.

A riqueza extraída do solo brasileiro, que tanto ofuscava o rei, não estava devidamente segura com as capitanias hereditárias, principalmente pela incapacidade dos

prebendários e pelas tendências privatizantes e autonomistas manifestadas em alguns deles. Desse modo, a instituição dos governos-gerais era uma forma de maior racionalização e controle dessa riqueza.

O Estado brasileiro – como sistema de poder organizado – surgiu à época da instalação do primeiro governo-geral, antes que a sociedade civil estivesse sequer fisicamente organizada. Nomeado governador-geral, chega a terras brasileiras Tomé de Souza, com o Regimento do Governo (uma espécie de “Constituição”), um ouvidor-mor (“Ministro da Justiça”), um provedor-mor (“Ministro da Fazenda”), o poder espiritual, soldados que vinham governar ninguém, já que havia no país uma “multidão” sem forma, difusa, longe de configurar-se como uma sociedade civil organizada. Os brasileiros não conseguiam ver-se como portadores de uma nacionalidade própria, e nem mesmo à época da Independência foi possível detectar isso. A verdade é que o povo deste país sempre depositou exacerbada confiança na figura paterna do poder, e dele habituou-se a esperar.

Isso advém da antecedência do Estado enquanto organização política à configuração social brasileira, fruto do processo de colonização aqui estabelecido, de modo injuntivo, sem preocupações com a virtual formação da cidadania. Era o povo, na verdade, uma palavra apenas, e não uma realidade.

Afastado dos núcleos populacionais, esse Estado tornou-se uma organização político-burocrática fria, sem grandes vinculações com a realidade social. As comunidades rurais viviam isoladas, e isso constituiu-se como um fator básico do mandonismo local –

conseqüência , de um lado, do poderio econômico dos grandes proprietários rurais e, de outro, da ausência ou rarefação do poder régio.

Esses senhores de terras exerciam controle e domínio através das câmaras municipais e eram tidos como “homens bons”. A distância do poder central nesse contexto (uma vez que a ligação monarca-colônia era realizada com fins de exploração do novo solo e conseqüente enriquecimento do reino português), fez com que os poucos já estabelecidos no Brasil (também com fins lucrativos, eram eles: grandes latifundiários, senhores de terras e de engenhos) se apresentassem como sendo os detentores do poder a quem o resto da população caberia obedecer. Afinal, era a sociedade brasileira, como descreve Gilberto Freyre, “[...] um organismo ainda mole, plástico, quase sem ossos [...]” (FREYRE, 1958, p.37) carecia de segurança, proteção e, estando o rei em solo lusitano, submetiam-se ao domínio daqueles “homens bons”.

Este reconhecimento do poder situado como forma de sustentação política é um aspecto característico do Patrimonialismo brasileiro, onde o chefe local é a autoridade delegatória de funções patrimoniais. Todavia, os chefes locais, apesar da autoridade e presença constantes, não tinham essa virtual autonomia política, considerando-se que eram uma extensão da empresa de colonização; estavam, portanto, a serviço do soberano, assim como os burocratas, os “letrados” que para o Brasil foram enviados. Todos, na verdade, ligavam-se ao rei por um sentimento de lealdade, o que lhes traria grandes e satisfatórias vantagens. “[...] Os navios que trouxeram os donatários e os colonos não trouxeram um povo que transmigra, mas funcionários que comandam e guerreiam, obreiros de uma empresa comercial cuja cabeça ficou nas praias de Lisboa.” (FAORO, 1987, p.120).

Delineava-se, com isso, uma relação unilateral e autoritária entre o Estado e a sociedade civil, já que aquele funcionava como ordenador desta, caracterizando-se, assim, a presença da dominação patrimonial do tipo estamentária, onde o Estado era o grande provedor. Aliás, desde os primórdios da organização política do Brasil, verificou-se que o poder não foi um desdobramento natural da vontade coletiva, mas sim exercido como direito próprio. Desse modo, a sociedade foi habituada à inércia por uma dominação que sempre tutelou as relações sociais de forma autoritária. Isso fragilizou a sociedade, debilitando-a para empreender ações políticas consistentes de associação – passo essencial para a constituição de uma sociedade civil organizada.

Pode-se dizer, por outro lado, que mesmo antes do surgimento das ações pombalinas no contexto lusobrasileiro, da vinda da Família Real ao Brasil e do processo de Independência, havia um certo arrefecimento do poder estatal, configurando-se o peculiar mandonismo local como forma de sustentação política do Patrimonialismo tradicional. A vertente modernizadora dada à dominação patrimonial portuguesa pelo Marquês de Pombal viria refletir-se em solo brasileiro. Como já analisado no capítulo anterior, o influxo modernizador reside, sobretudo, numa nova concepção de organizar e exercer o poder que seria a crença na possibilidade de uma “política científica”. Para tanto, executa profundas e amplas reformas para a formação de uma elite técnico-burocrática capaz de dar novo alicerce para o poder patrimonial, mudanças estas que iriam refletir-se no emergente pensar brasileiro, uma vez que os fundadores do Estado Nacional estudaram em Portugal nesse período, e

trouxeram para a interpretação dos fatos brasileiros uma aguçada percepção científica natural, a intuitiva – e na maioria das vezes parcial – percepção do que

se passava no mundo das idéias. Muitas das contradições ou simples conclusões ilógicas, como acontece, por exemplo, na obra de Tomás Antonio Gonzaga, têm sua origem na formação educacional da universidade pombalina. Lá estudaram nesta época alguns de nossos primeiros cientistas, políticos e homens de Estado... : José Bonifácio de Andrada e Silva, Conceição Veloso Arruda, Câmara, Câmara Bittencourt de Sá, Silva Alvarenga, Alexandre Rodrigues Ferreira, José da Silva Lisboa, Cipriano Barata, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva; Hipólito da Costa, Maciel da Costa, José Vieira Couto e muitos outros. (BARRETO, 1982, p.24)

O Estado português transpôs-se para o Brasil em 1808, liderado pelos novos doutores formados pela universidade pombalina. Houve a tentativa de apagar a imagem do Marquês de Pombal com o reinado de D. Maria I, mas foi em vão. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares (1745 - 1812), afilhado de Pombal, fora educado para ser seu sucessor, chefiando o governo de D. João VI no Brasil, teve a iniciativa de criar estabelecimentos de ensino superior, destacando-se a Academia Militar (1810), futura Escola Politécnica, cuja finalidade era garantir a formação científica dos oficiais do exército e engenheiros. O Gabinete de Química (1812), o Curso de Agricultura (Bahia, 1812), a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil (1820) etc (ROMANELI, 2002, p.38). Essa “inspiração pombalina” também iria influenciar as Faculdades de Direito e Medicina. A partir da propagação e introjeção do ideário de Pombal é que nasceu a cultura política brasileira. Cumpre destacar que o viés cientificista de Pombal não foi uma herança que repercutiria no desenvolvimento da ciência no Brasil (afirmação que seria paradoxal, face ao cenário anacrônico que imperava à época, pouco propício para o fomento do desenvolvimento da ciência enquanto saber sistematizado), mas na forma de pensar a vida política brasileira, na condução de problemas sociais como sendo problemas isolados de um contexto historicamente situado. O que se pretende ressaltar é que, esta geração de intelectuais e políticos caracterizou-se por uma mentalidade racionalista e

cientificista, pouco afeita aos assuntos sócio-políticos, buscando organizar o Estado e a sociedade envolta do ideário científico, evitando-se tendências abstratas de análise da realidade. No entendimento de Vicente Barreto, essa “formação intelectual defeituosa” foi a causa de muitos dos impasses do pensamento político até o final da segunda metade do século XIX. (BARRETO, 1982 ,p.39).

Contudo, mesmo com deficiências, fundou-se o Estado Nacional brasileiro, que viria ter, em José Bonifácio de Andrada e Silva, a grande contribuição para estruturá-lo, uma vez que conseguiu representar o equilíbrio, a concretização de vertentes contraditórias no pensamento político da época. Em Dom Azeredo Coutinho evidenciou-se a visão estamentária do poder, pois entendia que o soberano legislador é todo poderoso, cabendo-lhe decidir sobre o povo. Encontram-se em sua obra os fundamentos do pensamento conservador brasileiro. Seguindo essa linha, está Hipólito da Costa – que, junto com Silvestre Pinheiro Ferreira, elaboraria o liberalismo brasileiro – chegando a afirmar que “ninguém deseja, mais do que nós as reformas úteis, mas ninguém aborrece mais do que nós, sejam essas reformas feitas pelo povo” (BARRETO, 1982, p. 53). Prevalcia na elite brasileira, à época da Independência, um sentimento anti-revolucionário. Tanto em Hipólito da Costa quanto em Silvestre Pinheiro Ferreira, observa-se o pensamento de que a monarquia deveria ser reformada, evitando-se a ameaça democrática

o mesmo fator de estabilidade – a autoridade real – encontrada em Hipólito da Costa e em José Bonifácio é explicitado por Silvestre Pinheiro Ferreira. A tranquilidade do Estado e a felicidade da Nação são inconcebíveis a não ser que a realização das reformas liberais sejam feitas pela autoridade monárquica. (COSTA apud BARRETO, 1982, p.53)

E, vinculando-se a problemática da liberdade à existência do Estado forte, nasceram, no Brasil, as bases do liberalismo moderado à época da Independência. Por outro lado, com esse entendimento de que o Estado tem papel preponderante na sociedade – cabendo àquele reformar esta -, verifica-se que a dominação patrimonial-estamentária alicerçou as bases ideológicas das elites brasileiras, bases estas com as quais exerceriam o poder no país a partir da Independência.

#### **4. ECONOMIA ORIENTADA PARA O EXTERIOR (OU PARA AS ELITES AGRO-EXPORTADORAS): Breve Análise**

As atividades econômicas desde o início da colonização foram direcionadas, de modo particular, para a exportação, orientação decorrente da própria situação da colônia e dos interesses do mercantilismo. Foram mais de quatro séculos de economia funcionando como reflexo de interesses externos, orientação que conduziu à monocultura, desprezando-se a diversificação da base de exportação. As elites agrárias ligadas à produção do café, beneficiando-se da conjuntura favorável da época, levaram esse produto a ser o centro dinâmico da economia. Contudo, não houve preocupação em criar-se um mercado interno, fazendo com que as disparidades de renda e consumo entre as oligarquias agrárias e a maioria da população se tornassem ainda mais acentuadas.

Durante o extenso período de colonização o Brasil ficou submetido aos interesses dos senhores de terras, de forma quase absoluta. Como coadjuvantes, estavam os grandes comerciantes, que se dedicavam à exportação e importação ou tráfico de escravos. Este, segundo Toledo citado por BRUM (2002, p.148), constituiu-se em grande negócio, chegando a superar, durante alguns anos, o valor das exportações do açúcar. O comércio (ou o lucro do mesmo auferido) foi o fator mobilizante para a expansão marítima e mercantil de Portugal, levando-o a “atracar” no Brasil, dispondo das novas terras ao seu bel-prazer, como já analisado em capítulos anteriores. O comércio tornou-se, então, uma atividade altamente lucrativa, entre as metrópoles e suas colônias: rentável para a Coroa e também para os comerciantes, beneficiados com concessões para o exercício da prática

mercantil. Por três séculos, o colonialismo e o mercantilismo orientaram a economia e a vida da sociedade brasileira, ora em formação. Assim,

a metrópole era o sujeito e a Colônia, o objeto de exploração em função da Coroa e dos grupos econômicos dominantes que influenciavam as decisões da Metrópole [...]. Os interesses da empresa exportadora escravista eram dominantes. E as iniciativas para desenvolver a manufatura foram invariavelmente truncadas” (BRUM, 2002, p.127)

Poder-se-ia conjecturar que algumas ações teriam evoluído para o desenvolvimento da manufatura e possível desembocar da indústria ainda no período Imperial. A título de ilustração, vale citar o engenho de açúcar (3), considerado uma empresa agroindustrial. Todavia, o vínculo de dependência de Portugal com a Inglaterra (em 1642, além dos tratados de 1654 e 1703) (4), levou aquele país a consumir manufaturados ingleses. Finalmente, a possibilidade de ampliar a manufatura no Brasil foi dissipada em 1785, com o Alvará assinado pela rainha D. Maria, determinando a extinção de teares, manufaturas e fábricas que existiam em solo brasileiro.

As intensas desigualdades provenientes da estrutura dominada pelas elites agrárias, os ideais de independência e a oposição ao modelo político-administrativo imperial, foram razões fundantes de diversas manifestações de caráter popular e revolucionário, ocorrido no país, entre os quais se destacam: Palmares (Alagoas, século

---

(3) No Maranhão o Engenho Central, em Pindaré (área dos Cocais), é um vívido exemplo do que restou desse ciclo econômico na fase da cana-de-açúcar.

(4) Em 1642, Portugal passa a seguir determinações da Inglaterra, trocando vantagens econômicas por proteção política e militar. Através do tratado de 1654, era possível aos ingleses a negociação direta com a colônia brasileira. E, pelo tratado de 1703, Portugal abandona o projeto de uma manufatura própria, em troca da livre entrada de vinhos portugueses na Inglaterra. Assim, Portugal passa a consumir produtos manufaturados da nação inglesa.

XVII); Levante de Escravos da Bahia (1835); Inconfidência Mineira (Minas Gerais, 1789); Conjuração dos Alfaiates (Bahia, 1798); Revolução Pernambucana (1817); Confederação do Equador (Pernambuco e outras províncias do Nordeste, 1824); Cabanagem (Pará, 1835-1840); Sabinada (Bahia, 1837-1838); Balaiada (Maranhão, 1838-1841); Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul, 1798); Praieira (Pernambuco, 1849); Canudos (Bahia, 1893); Contestado (divisa entre santa Catarina e Paraná, 1912-1915); movimento liderado por padre Cícero (Ceará, a partir de 1913), entre outros. No entanto, tais movimentos foram sufocados, não influenciando na estrutura de privilégios e centralização do poder reinante. O domínio das elites agrárias também não foi abalado com a emancipação política, abolição dos escravos e até mesmo com a Proclamação da República.

Desse modo, tanto no Império (1822-1889) e na Primeira República (1889-1930), o Brasil permaneceu desempenhando uma função coadjuvante, refletindo tão somente as necessidades e interesses e ações dos centros do poder mundial, limitando-se à produção e exportação de bens primários e importação de produtos manufaturados.

O caminho rumo à industrialização não foi perseguido pelas elites políticas, posto que as mesmas estavam tão somente comprometidas com os interesses da economia agro-exportadora e, assim, com a perpetuação do *status quo*. Cumpre salientar que a pretensão do presente trabalho não é fazer apologia à industrialização, como sendo uma panacéia que empreenderia o desenvolvimento econômico esperado. Afinal, esse percurso foi seguido a partir de 1930 no Brasil e não propiciou transformações substanciais na sociedade. O que está sendo realçado é o fato histórico da industrialização ter se constituído

num caminho procurado por diversas Nações, à época, como um viés para o processo de desenvolvimento, e que, no caso brasileiro, houve um acentuado atraso histórico nessa direção. Um dos fatores desse atraso, parece estar no direcionamento político-econômico das elites. A economia do país confundia-se apenas com os interesses das elites agrárias, impregnadas da visão parasitária da escravidão, da cultura da dependência, fisiologismo, compadrio e apadrinhamento, além dos privilégios de permanecer no “círculo vicioso” do produto primário, não empreendendo nenhum esforço em direção da diversificação da base produtiva.

Após a Independência e superação do Mercantilismo, no início do século XIX, a orientação da economia para o exterior foi mantida. Durante o século XIX, a participação da exportação na geração da renda global manteve-se elevada até 1930, sendo reduzida, gradualmente, com declínio acentuado após 1930.

## **5. ELITES AGRO-EXPORTADORAS: FOMENTO AO ANACRONISMO ECONÔMICO BRASILEIRO**

No presente capítulo pretende-se apontar de que modo a fragilidade da formação política das elites agro-exportadoras, favoreceu a criação de condições poucos favoráveis para o desenvolvimento econômico nacional. Para tanto, inicia-se o assunto com uma breve contextualização histórica acerca da relevância do comércio internacional. Em seguida, aborda-se, a contribuição dos autores Douglass C. North, Melville H. Watkins e Robert E. Baldwin, que constróem uma base teórica denominada Teoria da Base de Exportações (ou Teoria do Produto Primário de Exportação), a fim de ampliar-se a compreensão a cerca do caso brasileiro.

Historicamente, pode-se constatar que as relações econômicas entre os povos efetivaram-se antes das relações político-culturais. O processo de integração entre as regiões deu-se simultaneamente, tanto no plano econômico como no plano político. Neste, fez surgir o Estado Absolutista e naquele, emerge o Sistema Mercantilista. Com a expansão do comércio nos Estados nacionais modernos, foram criadas as condições institucionais para a economia mundial e a base econômica para o desenvolvimento do capitalismo industrial. E, como já observado em capítulos anteriores, essa expansão econômica propiciou o desenvolvimento comercial e imperial dos países da Península Ibérica e a colonização do Brasil.

Nos 150 anos compreendidos entre a Revolução Industrial e a Primeira Guerra Mundial o mundo se transformou em uma economia que, embora dividida em algumas dezenas de Estados nacionais, caracterizava-se por elevado grau de

integração. O processo de globalização que se seguiu ao fim das guerras napoleônicas em 1815 [...], fez com que nenhum país do mundo pudesse ignorar seu papel na complexa rede de relações comerciais internacionais. Por essa razão, o tema comércio internacional foi progressivamente adquirindo uma grande importância no debate político e intelectual contemporâneo (BAUMAN, 1998, p. 05).

John Locke, filósofo e importante pensador mercantilista, observava que só havia duas formas para se aumentar a massa de dinheiro existente em um país: extraí-lo das próprias minas ou obtendo-o por outros países. Neste segundo viés, o caminho seria “a força, o empréstimo ou o comércio” (LOCKE Apud BAUMAN, 1998, p. 07). Ou seja: para enriquecer a sociedade, necessário se faz o crescimento da massa de dinheiro e este dependia essencialmente do comércio exterior.

Historicamente, tem-se observado que o comércio exterior, na análise do desenvolvimento, é considerado como fator que expande mercados e, conseqüentemente, contribui para elevar a produtividade econômica, fomentando, assim, transformações consideráveis no contexto sócio-econômico das nações. Quando se trata, no entanto, de transformações estruturais em economia subdesenvolvida, via comércio exterior, cabe considerar as características da atividade exportadora e sua forma de inserção na estrutura econômica pré-existente. Pois, estando o controle do comércio exterior nas mãos de elites agrárias culturalmente voltadas para o exterior, o aumento da produtividade acarretará em maior concentração de renda, situação que configurou-se no caso brasileiro.

À luz da teoria de BALDWIN (1956, p. 353), no que tange à questão fundiária, pode-se melhor compreender as distorções que assolaram o Brasil, notadamente durante o período agro-exportador: as grandes extensões de terras eram adquiridas de uma só vez, o

mesmo não ocorrendo com os pequenos proprietários. Os trabalhadores da lavoura, presos à economia tipo “extensiva”, revelavam dificuldades para aumentar sua renda; além da frágil especialização, não conseguiam poupar nem realizar empréstimos que melhorassem sua condição sócioeconômica. Diante de tantas restrições (mão-de-obra, terra, capital), grande parte da população tinha renda muito baixa. Era levada a arrendarem pequenas faixas de terra, complementando suas rendas para a plantação de alimentos para sua sobrevivência. A análise de BALDWIN (1956, p. 353) parece bastante elucidativa do ponto-de-vista econômico, para compreensão do exposto:

E uma vez que a renda que ele recebe de seu trabalho na lavoura é muito baixa, sua utilidade marginal de bens é muito alta. Dessa forma, ele está predisposto a dedicar-se a maior parte de seu tempo livre para cultivar parte de sua própria alimentação de uma maneira socialmente ineficiente. Ele conduz sua produtividade marginal para baixo, bem perto de zero. O mesmo fenômeno tende a acontecer com respeito a parte de suas necessidades de vestuário, habitação e bens duráveis de consumo.

Tais fatores conjugados criaram condições desfavoráveis para que os trabalhadores da lavoura aumentassem sua propriedade e, conseqüentemente, seu nível de renda.

“A distribuição mais eqüitativa da renda (que surge à medida que a economia desenvolve sua produção para exportação) é mais favorável para o desenvolvimento induzido da indústria local” BALDWIN (1956, p. 359). Desse modo, cresce uma demanda relativa para serviços e bens de consumo duráveis. A princípio, a importação de tais bens torna-se inevitável, enquanto outros, devido ao custo elevado, são poucos consumidos. Entretanto, aos poucos, os centros comerciais vão surgindo, atendendo à demanda para

serviços (médicos, legais, pessoais, etc.), assim como para o fornecimento de meios para a distribuição dos produtos importados. Como efeito multiplicador, surgem os investimentos em casas, estradas, escolas, hospitais, etc.

A conjugação de tais fatores, de forma articulada, fomenta um desenvolvimento mais rápido e equilibrado. Assim, torna-se imperioso desenvolver as organizações comerciais, melhorar o crédito e os transportes, além de força-de-trabalho qualificada e indústrias complementares. Desse modo, há um crescimento em torno da base de exportação, o que “desenvolve-se as economias externas, o que melhorava a posição do custo competitivo de seus artigos de exportação” (NORTH, 1955, p.300).

NORTH (1955, p.359) sinaliza para a necessidade de esforço conjugado para a melhoria da tecnologia da produção, através de fazendas-modelo, Universidades estaduais, grupos de pesquisa etc., tudo funcionando como serviços auxiliares para as indústrias de exportação, com vistas ao empreendimento de pesquisas voltadas para a melhoria tecnológica dos produtos da base de exportação. Destarte, a região estaria em condições mais favoráveis para competir com outras regiões ou com países estrangeiros, diminuindo a dependência do produto primário. Indica (NORTH, 1955, p.301) que “como resultado, esses esforços tendem a reforçar a dependência da região de seus atuais produtos primários ao invés de promover mudanças na base exportadora”.

O crescimento sócioeconômico das regiões tem relação direta, segundo NORTH (1955, p.308), com a sua base de exportação, por meio de um processo de diversificação em torno dessa base. Destarte, as atitudes políticas devem ser direcionadas neste setor.

Na acepção de Hoover e Joseph Fisher citado por NORTH (1955, p.293), o esquema de seqüência dos estágios de desenvolvimento de uma região é o seguinte: 1) economia de subsistência; 2) comércio e especialização local; 3) diversificação das culturas agrícolas; 4) industrialização e 5) especialização (produção para exportação de capital, mão-de-obra qualificada e serviços especiais para regiões menos desenvolvidas). No entanto, a História da Formação Econômica brasileira não aponta para uma evolução gradual a partir da economia de subsistência, conforme acima. O crescimento econômico no país girou em torno de vários ciclos de exportação de produtos primários (açúcar, algodão, cacau, fumo, metais preciosos etc) não seguindo a linha de diversificação proposta pela Teoria da Base de Exportações. Ao longo do desenvolvimento desses ciclos, não se verificou a diversificação da economia e o aparecimento de outros setores com dinâmica própria. Ou seja: não se criou ambiente favorável para o desenvolvimento nacional e para a industrialização, a não ser nas décadas mais recentes, posterior a 1930 e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial.

Evidentemente que a expansão de um ou mais produtos agrícolas fornece o impulso inicial para a expansão geral da economia; todavia, necessita que haja uma diversificação, sob pena de não atingir uma expansão sustentada. “O desenvolvimento econômico será um processo de diversificação em torno da base de exportação” (WATKINS, 1963, p.255). É imperioso, portanto, o cultivo de uma capacidade empresarial que perceba e saiba explorar as oportunidades do mercado (WATKINS, 1963, p.263).

Transpondo tal análise teórica ao caso que se dedica o presente trabalho, constata-se que as elites brasileiras procuraram dedicar-se tão somente à defesa do *status*

*quo*, negligenciando, por exemplo, o desenvolvimento de capacidades técnicas e empresariais, através do fomento à educação para elevar a qualidade da força-do-trabalho. Mais que isso: as elites agrárias, na verdade, criaram condições pouco favoráveis para o desenvolvimento interno, conforme já temos delineado ao longo deste trabalho, ao analisarmos a sua práxis político-econômica.

WATKINS (1963, p. 268) adverte sobre a importância desse aspecto no processo de inibição do sucesso de países jovens:

uma dificuldade mais real seria a de que os exportadores primários, especialmente os que exercem controle político, viessem a desenvolver uma ‘mentalidade exportadora’ inibidora, que resultaria numa excessiva concentração de recursos no setor exportador e numa relutância em promover o desenvolvimento interno.

Destarte, a economia arrisca-se a cair naquilo que WATKINS (1963, p. 269), chama de “armadilha do produto primário” não atentando para o crescimento sustentado, que exige desviar a atenção para novos mercados (internos ou externos).

A Teoria da Base de Exportações (ou Teoria do Produto Primário), em síntese, procura relacionar o crescimento regional com o crescimento de uma base de exportações de bens primários – numa perspectiva histórica. Essa teoria evidencia que o crescimento das exportações pode gerar ou não um processo de diversificação em torno dessa base de exportações, dependendo de uma série de fatores institucionais. Caso as exportações consigam gerar um processo de diversificação, constrói-se um caminho para a industrialização, caso contrário, torna-se inevitável o ingresso no círculo vicioso do subdesenvolvimento.

No Brasil, adotou-se a produção de bens primários em forma de grande lavoura de exportação, onde a terra esteve concentrada de forma acentuada nas mãos de latifundiários. Historicamente, o acesso à terra ficando restrito às elites agro-exportadoras, a má distribuição de renda tornou-se inevitável. A grande maioria da população destinava sua renda (quando existente) à subsistência, e os bens duráveis e outros produtos manufaturados eram consumidos pela minoria detentora de grande parte da riqueza. A pobreza generalizada de uma expressiva parcela da população e conseqüente falta de mercado interno, dificultava a emergência de um processo de diversificação da base produtiva, obstruindo, por sua vez, o processo de industrialização.

É sabido que mudar de uma base agrícola para uma base industrial não é tarefa fácil, especialmente se levar em consideração peculiaridades históricas e políticas do Brasil. No entanto, trata-se de um passo importante para o crescimento econômico sustentado, conforme sinaliza NORTH (1955, p. 305):

A importância da industrialização fundamenta-se na noção de que, com o aumento da população e a diminuição dos rendimentos da indústria extrativa, a mudança para a manufatura é o único modo de manter o crescimento sustentado (medido em termos de renda per capita).

A rigor, as ações político-governamentais deveriam voltar-se para a melhoria da base de exportação e para a crescente industrialização, sob pena de inibir ou mesmo bloquear o crescimento econômico. Afinal, o crescimento econômico está diretamente correlacionado ao sucesso de suas exportações (vale ressaltar que o declínio de um produto de exportação implica no crescimento de outros, caso a região não queira ficar estagnada),

to que pode ser decorrente não só da melhoria das exportações existentes, mas também com o desenvolvimento de novos produtos de exportação.

Caso o Brasil tivesse direcionado sua economia para o regime de produção baseado historicamente em pequenos e médios empreendimentos (ao invés de grandes lavouras), poder-se-ia indicar que a terra e a renda teriam melhor distribuição. Afinal, esse regime favorece a geração de um processo de diversificação em torno da base de exportação, propiciando o surgimento de centros manufatureiros, e conseqüente emergência de uma classe média urbana e rural e crescimento das cidades, além da ampliação do mercado. Assim, a sociedade revela maior capacidade para internalizar os benefícios gerados pela atividade exportadora, face ao crescimento do mercado interno decorrente da melhor distribuição de renda e da riqueza. Vale ressaltar que nessa forma de organização sócioeconômica, o poder das elites agrárias é arrefecido ou contrabalançando por outras forças sociais, tais como, comerciantes, industriais, empresários etc, o que somente começou a ocorrer, de forma gradativa, a partir da década de 1930, com o início do processo de industrialização nacional.

Assim, as elites agro-exportadoras que exerceram elevado poder durante o Império e anos iniciais da Primeira República, preocupadas tão somente em preservar os seus privilégios, riqueza e poder, mantiveram os vínculos com o passado e com a tradição, abdicando da tendência industrializante, condição, à época, para o ingresso na modernidade.

## 6. HERANÇA PATRIMONIALISTA: TRAÇOS FUNDAMENTAIS

Independência com monarquia, monarquia com príncipe português. (PAULO MERCADANTE)

O Brasil adotando o príncipe, adotou o partido mais seguro: vai gozar dos bens da liberdade sem as comoções da democracia e sem as violências da arbitrariedade. (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL” DE 23/01/1822)

Desde o final do século XVII desenvolveu-se em quase todas as nações ocidentais a luta contra a Monarquia Absoluta de Direito Divino, visando-se substituí-la por formas de governo que estivessem mais de acordo com as idéias liberais, como a Monarquia Constitucional e Parlamentar, ou mesmo a República representativa. A luta pela Independência parece inserir-se no quadro geral dessas mudanças no Ocidente, com a peculiaridade de que é a própria Coroa quem, vai paradoxalmente lançar as bases da autonomia brasileira. Nesse período, de um lado estavam forças reacionárias que preferiam a volta do país ao passado colonial e conseqüente segregamento econômico e comercial; de outro, as classes superiores da colônia – grandes proprietários rurais e seus aliados – que visavam o estabelecimento de um regime constitucional. E, embora a idéia de recolonização estivesse sendo apoiada pela metrópole e pelas Cortes portuguesas, ela não vigorava. Quanto às camadas populares e oprimidas, elas viam na Constituição perspectivas de libertação econômica e social, mas condições objetivas do país não eram favoráveis para que tal fato ocorresse. Além disso, elas não estavam politicamente maduras para sequer reivindicar essas mudanças; por esta razão, as agitações populares que ocorriam eram dominadas. A Independência ocorreu, paradoxalmente, sem a participação popular, através da transferência de poder da metrópole para o novo governo brasileiro. Desse modo, o Brasil da época não estava preparado para reformas mais profundas e deveria contentar-se

com a libertação do jugo colonial e a emancipação política, mesmo partindo da Coroa portuguesa, mesmo que o rei não fosse brasileiro.

Quanto ao regente D. Pedro, pode-se dizer que “para ele política e administração se confundiam com o corriqueiro expediente diário de despachar papéis ou fiscalizar a conduta de subordinados. Numa palavra, nunca passou de um bom, e mesmo se quiserem de um ótimo burocrata” (PRADO Jr., 1982, p. 64).

Todavia, as elites da época (fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela) organizaram um sistema político fortemente centralizado, onde os municípios dependiam dos governos provinciais e estes, do governo central. E, formadas

na ideologia da ilustração, expurgaram o pensamento liberal das suas feições mais radicais, talhando para uso próprio uma ideologia essencialmente conservadora e antidemocrática [...] Disputaram avidamente títulos de nobreza e monopolizaram posições na Câmara, no Senado, no Conselho de Estado e nos Ministérios. A adoção do princípio da vitaliciedade para o Senado e Conselho de Estado, assegurou continuamente às elites políticas que se perpetuaram no poder graças ao sistema de clientela e patronagem (COSTA, 1985, p.7-8)

Tornando-se mais conservadoras, as elites agrárias reprimiram as manifestações populares, com a criação, pelo governo da regência, da Guarda Nacional, que estaria à disposição das “classes proprietárias” para a manutenção do mandonismo local. É assim que consolidaram seu poder, embora exercendo o governo sob a tutela protetora do Imperador. O clientelismo, característico do patrimonialismo brasileiro, que já vigorava no período colonial, perpetuou-se, impedindo a racionalização da administração. E

a burocracia foi cabide de empregos, os burocratas sujeitos aos caprichos da política e ao revezamento dos partidos no poder. As lutas políticas se definiram em termos de lutas de família e suas clientelas. A ética de favores prevalecia

sobre a ética competitiva e o bem público confundia-se com os bens pessoais.  
(COSTA,1985, p.9)

Tais fatores configurariam a feição patrimonialista da dominação no Brasil: em volta do monarca estavam os seus conselheiros, “funcionários”, oligarcas, que, de forma clientelista, auxiliavam na manutenção do poder através das prebendas e dos cargos fornecidos para esse fim.

A autoridade concentrada em torno do soberano viria configurar-se, de modo mais acentuado e concreto, com a Constituição outorgada de 1824. Com o seu estabelecimento, organizou-se um Estado Monárquico Constitucional, embora de representação muito limitada (pois as restrições eleitorais excluía a grande maioria da população), e com ele surgiu uma nova organização político-administrativa para a Nação brasileira. Estabelecia-se a Monarquia hereditária, constitucional e representativa, onde ao Monarca competia exclusivamente o Poder Moderador e juntamente com os Ministros (de sua livre escolha); competia-lhe o Poder Executivo. Esse poder exclusivo permitia ao Imperador exercitar a autoridade com requintes de arbitrariedade, onde a política de conchavos, bajulações e favores pessoais reinavam com naturalidade.

Discutindo o Projeto de Regimento, na Constituinte de 1823, mencionou-se, pela primeira vez o Poder Moderador nas palavras de Carneiro da Cunha, futuro Marquês de Caravelas:

[...]o monarca constitucional além de ser o chefe do Poder Executivo, tem, demais, o caráter augusto de defensor da Nação; ele é a primeira autoridade de vigilante, guarda dos nossos direitos e da Constituição. Esta suprema autoridade, que constitui a sua pessoa sagrada e inviolável, e que os mais sábios publicistas deste tempo têm reputado um poder soberano distinto do Poder Executivo por sua

natureza, fim e atribuições, esta autoridade, digo, que alguns denominam Poder Neutro ou Moderador ... é essencial nos governos representativos.(PAIM, 1982, p. 15)

Essa idéia não desagradou a Pedro I, uma vez que conseguia vislumbrar, através dela, a preservação de seus poderes, ainda que a Monarquia se revestisse da forma constitucional, ou seja, em presença de Câmara Legislativa eleita. Há estudiosos que admitem, ao analisar tal situação, que foi a criação do Poder Moderador que possibilitou a Pedro I aceitar a instituição da Monarquia Constitucional. E, receando que a Assembléia Constituinte de 1823 não a admitisse, dissolveu-a. Após essa dissolução, Pedro I promulgou a Constituição de 1824, cujos poderes políticos seriam: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo e o Poder Judicial, sendo todos eles “delegações da Nação” (artigos 10 e 12).

Observa-se, porém, que essa virtual desconcentração de poder (fato que viria negar a dominação patrimonial no Império brasileiro), limitou-se ao artigo 10 da Carta. Na verdade, percebe-se a manutenção do alicerce institucional herdado da Monarquia Absoluta, nela enxertando mecanismos atenuadores de seu poder até então ilimitado. A Câmara dos Deputados – renovada periodicamente – o Senado vitalício e o Conselho de Estado, eram exemplos desses mecanismos.

O reconhecimento de que o Ministério formava um Conselho, a ser instituído e dirigido por um Presidente – equivalente ao Primeiro-Ministro ou Chefe de Gabinete existente nas Monarquias Constitucionais européias do mesmo período – facultava uma interpretação liberal do dispositivo constitucional que dava ao Imperador a chefia do Executivo, na linha expressa pela consigna ‘o rei reina mas não governa’. Tal entretanto não ocorreria no país[...].(PAIM, 1982, p. 14)

É o que se pode perceber no próprio texto constitucional, onde a figura do rei detém um vasto poder, se não, vejamos:

Art. 98 – O Poder Moderador é a chave de toda a organização política e é delegado privativamente ao Imperador, como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência e harmonia dos demais poderes políticos.

Art. 99 – A pessoa do Imperador é inviolável e sagrada. Ele não está sujeito a responsabilidade alguma.

Art. 100 – Os seus títulos são: Imperador Constitucional e defensor perpétuo do Brasil, e tem o tratamento de majestade imperial.

Art. 101 – O Imperador exerce o Poder Moderador:

1. Nomeando os Senhores, na forma do art. 43.
2. Convocando a Assembléia Geral extraordinariamente nos intervalos das sessões quando assim o pede o bem do Império.
3. Sancionando os decretos e resoluções da Assembléia Geral, para que tenham força de lei.
4. Aprovando e suspendendo interinamente as resoluções dos Conselhos Provinciais.
5. Prorrogando ou adiando a Assembléia Geral e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos em que o exigir a salvação do Estado, convocando imediatamente outra, que a substitua.
6. Nomeando e demitindo livremente os Ministros de Estado.
7. Suspendendo os Magistrados, nos casos do art. 15.
8. Perdoando e moderando as penas impostas aos réus condenados por sentença.
9. Concedendo a anistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade e bem do Estado.(PAIM, 1982, p.15).

Assim sendo, apesar da existência de uma Monarquia Constitucional, com a presença de uma Câmara Legislativa – dando a idéia de um fracionamento do poder – a dominação centralizava-se na pessoa do monarca, ficando, desse modo, o exercício do Poder Moderador confundido com poder pessoal, de característica absolutista, sem

aproximá-lo das exigências morais que norteavam os mecanismos moderadores. Paradoxalmente, a Monarquia Constitucional do Brasil Império era uma espécie de Monarquia Absoluta disfarçada, com aqueles mecanismos atenuadores mascarando a concentração de poder do rei. E isso, de fato, identificou a herança patrimonial no solo brasileiro, até por que, como diz MERCADANTE (1980), nossa Independência veio com um príncipe português, trazendo na bagagem ranços de um poder absoluto, herdado de um país com uma história secular de Monarquia Absolutista e dominação patrimonial-estamentária. Percebe-se na Constituição de 1824, além disso, uma disparidade entre o texto (estrutura teórica) e a sua aplicação efetiva: o povo, como existência concreta, não chegou a ser uma grande preocupação dos legisladores e constitucionalistas da época.

Tal observação confirma o envolvimento das elites brasileiras desse período com o ideal estamentário, onde o Estado é entendido como uma estrutura estranha à sociedade, no sentido de tê-la como participante de sua organização política. Nota-se, ainda, a presença do Estado como o “pai do povo”(5), sem o qual a sociedade beira o “caos” e o “amorfismo”. E assim cria leis para uma população de “menores”, “incapazes”, uma entidade abstrata. As elaborações teóricas dos legisladores, na verdade, não levavam em conta as condições reais da sociedade: legislavam para abstrações, para um homem “utopia”, um cidadão sem atritos ou conflitos, preso apenas às categorias do Dever.

A ausência de clareza nos limites entre os poderes Moderador e Executivo na Constituição de 1824 – já que o Monarca exercia ambos e os Ministros atuavam com ele no

(5) Expressão tão fincada no ideário brasileiro que Getúlio Vargas a usará no Estado Novo

Poder Executivo – fez com que “o jogo político fosse pessoal e arbitrário, com todas as facções (organizadas, ou não, em partidos) procurando influenciar o imperador para, através dele, exercerem o poder”. (NADAI; NEVES, 1987, p.143).

Assim, percebe-se, uma certa instabilidade graças a essa falta de um funcionamento regular para a vida política do país, “regularidade” esta que só vai ocorrer com o término das lutas provinciais seguida da organização do sistema parlamentarista (6), copiado dos ingleses. Na verdade, buscava-se definir o papel específico do monarca e uma melhor articulação entre os poderes. É interessante notar que ainda com a implantação do Parlamentarismo, em 1847, o soberano continuava com um acentuadíssimo poder, mesmo sendo criado um Ministério responsável perante a Assembléia que, agora, indicava e exerceria o Poder Executivo. Competia ao monarca a escolha do primeiro ministro e ademais, assim como a arbitragem em caso de oposição entre o Ministério e o Parlamento. Armada com o Poder Moderador, a Coroa comanda, convertendo o sistema parlamentar num “aparente Parlamentarismo”.

É nesse contexto que se situa José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), o Visconde do Rio Branco, conhecido na história oficial pela “Lei do Ventre Livre”. Engenheiro, jornalista, Monarquista, liberal, foi Secretário do Governo do Rio de Janeiro, Deputado, Senador, Ministro, Chanceler, Conselheiro de Estado, dirigente da Escola Politécnica, entre outras funções que exerceu ao longo de sua carreira política no Segundo Reinado. O exercício de tais funções viria repercutir, com sua influência, no cenário político na década de 1850. A criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1874), por

(6) Forma de governo onde há uma interdependência dos poderes, com uma certa supremacia do Poder Legislativo, exercido pelo Parlamento

espaço para o desenvolvimento de questionamentos e dúvidas por partes dos futuros engenheiros e militares; uma herança oriunda das academias militares, das quais surgiram as primeiras instituições de ensino superior do tipo técnico, entre elas a Real Academia Militar, futura Escola Politécnica. Mas a influencia do Visconde do Rio Branco não se prendia só aos aspectos governamentais, administrativos e educacionais, durante os anos de 1850 e 1851, Paranhos passou a relatar, em forma de “Cartas” dirigidas ao “Amigo Ausente”, alguns traços marcantes da fisionomia ético-política desse período, havendo quem o considere (ao lado do Visconde do Uruguai, Duque de Caxias, Bernardo de Vasconcelos e Mauá) um dos construtores do Império brasileiro.

Seguindo a linha de formação das elites da época, defendia uma noção de progresso material do país, que deveria ser executado pelo Estado, sendo que a Ciência deveria estar “a serviço da efetivação de semelhantes propósitos de enriquecimento nacional. Mas ainda: os êxitos somente serão assegurados mediante a interpretação do conhecimento científico e atividade produtiva” (SCHAWARTZMAN,1988, p.49)

No entendimento de Paranhos, as bandeiras a serem levantadas seriam a indústria, a agricultura e o comércio, necessidades urgentes para a efetivação daquele progresso, como analisa:

se com efeito os nossos políticos, em vez de questionarem sobre a metafísica social, discutirem as necessidades da agricultura e da indústria do país, se, em vez da educação política exclusivamente ocuparem-se da educação moral de nosso povo, se, em vez de andarem à cata de um progresso de legislação que é muito contestável, empenharem-se no progresso material do Brasil. Ó! Quanto não ganhará nossa pátria em paz, riqueza, ilustração e força!( PARANHOS, 1953, p.127)

O pensamento do Visconde do Rio Branco refletiu aquela formação nos moldes pombalinos da qual tratamos no capítulo anterior: em nome do desenvolvimento material é interessante que a população fique estagnada politicamente, em favor da riqueza. Ao Estado caberia “animar as empresas que tendam ao progresso material do país”, observa. E, entendendo que a Monarquia estava cumprindo bem este papel, a elogia:

[...] até este momento tenho o discurso da coroa como a expressão de uma nova e forte convicção, como fiel intérprete das tendências que ora mostra a sociedade brasileira, como o anúncio precursor de uma política que terá por fito a educação moral e intelectual do povo e a satisfação das necessidades de nossa lavoura, indústria e comércio. ! (PARANHOS, 1953, p.129)

Pode-se dizer, com razão, que essa devoção à instituição monárquica era benéfica ao Imperador que com seu Ministro, sentia-se tranqüilo, “a coberto de perigos, livre dos atritos da vaidade, do orgulho ou da indelicadeza. Dizia-lhe tudo, sem receio de ser mal compreendido. Mas em compensação ouvia-lhe tudo, sem o temor de ser desrespeitado.” (PARANHOS, 1953, p.21).

Com o ano da Conciliação (1853), Paranhos temia os atritos e choques; portanto, sentia a necessidade de uma palavra de concórdia, tal qual entendia um deputado da ala conservadora: [...] “a moderação já salvara um dia o Brasil, já salvara as instituições e as havia de salvar sempre (PARANHOS, 1953, p.21).

Assim, inicia-se no Brasil um nó viciado de conciliação das elites: pelo poder, abstraíam-se posicionamentos divergentes. Tal fato mostra o embate ideológico partidário no Império caracterizava-se pela superficialidade de posições. Preponderava o entendimento de que as divergências limitam-se até o ponto em que não bloqueasse a permanência em torno do poder. Politicamente imaturas, mas estrategistas, as elites seguiam ao sabor das conveniências, pela segurança que lhes proporcionariam o “guarda-

chuva real”. A exemplo disso, é oportuno referir a defesa de Bernardo de Vasconcelos (por volta de 1834), ao ser acusado de “apostasia aos príncipes liberais”, tornando-se, posteriormente, na expressão de Faoro (1987, p 321), o “pai do partido conservador”:

Fui liberal, então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas idéias prática; o poder era tudo: fui liberal, hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade [...] Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la, e por isso sou regressista.( FAORO, 1987, p.321-2)

Acrescentamos, pois, uma porta de moderação nas crises políticas imperiais, permeados de firmeza e sensatez, para manter o equilíbrio necessário.

A visão estamentária do poder e a perspectiva de que, mesmo tendo o monarca a dominação central – e que, para tanto, necessita de funcionários reais – é interessante tanto para a autoridade quanto para as elites a subserviência prebendalística destas. Forma-se, assim, uma conciliação entre os diversos segmentos elitistas que, em torno do soberano, irão permanecer no poder. A máxima consistiria em não desagradar ao rei e, por conseguinte, manter-se como uma auréola em volta da Coroa. E, em troca dessa lealdade, papéis, fitas, medalhas e metais. Aliás, nesse tipo de retribuição é curioso notar que o Brasil foi bem mais audacioso que Portugal. Em mais de setecentos anos de existência, a Nação Lusitana possuía 54 títulos, entre marqueses, condes, viscondes e barões. O jovem Brasil, logo nos seus primeiros oito anos de vida, não se contentava com menos de 73 desses títulos (FAORO, 1987, P.287), o que evidenciava uma ação política focada na administração de caráter prebendalístico, fundamental nos Estados patrimoniais. E, essa mentalidade patrimonialística, herdada de Portugal, vai ser efetivamente representada no Segundo Reinado, pelo Visconde do Rio Branco, visto que, tal qual Pombal, defendia com fervor a modernização do país, de característica essencialmente material e técnica. Entre os

princípios da política pombalina, estavam o domínio das técnicas de fabricação industrial (havendo, com isso, um florescimento das manufaturas nacionais) e a formação de uma elite de profissionais liberais para trabalhar no comércio e na construção (Pombal criou a primeira escola de Comércio do Mundo). Nota-se que o alicerce do progresso material na política do Patrimonialismo modernizador do Marquês estão em pelo menos dois pontos: indústria e comércio. E, como já se referiu anteriormente, tais foram as preocupações centrais do Visconde do Rio Branco em busca do desenvolvimento do país. No que tange ao aspecto educacional, com a mesma inspiração pombalina, Paranhos criou a Escola Politécnica. Observando, ainda, as falhas no sistema de instrução do Império (o fato de ser “quase que exclusivamente literário”, afirmava), propôs uma reforma no ensino primário e secundário no Município da Corte, cuja efetivação deu-se por Decreto, em 1851. Como muito bem aprendeu José Bonifácio de Andrada e Silva na Universidade Pombalina, o desenvolvimento material deveria ser buscado para que o Estado fosse preservado, sem o qual, tudo desarticula-se. É dele a seguinte afirmação: “Pão, pólvora e metais são quem sustenta e defende as nações; e sem eles de próprio fundo, é precária a existência e liberdade de qualquer Estado” (SILVA apud SCHAWARTZMAN, 1988, p. 49)

Muitas transformações materiais, de fato, sucederam-se na década de 1850, nos campos histórico, econômico e social. Todavia, a Nação brasileira configurava-se no Império como sendo politicamente estagnada, com a adoção de um tipo de organização política onde o “levar vantagem” foi muito bem introjetado pelas elites que rodeavam o poder. O aprendizado foi além das expectativas; a Nação lusitana, coroada durante séculos, não conseguiu fundar uma aristocracia tão numerosa quanto a do Brasil em seus primeiros anos, aristocracia essa que viria a ser o fundamento do Estado patrimonial brasileiro. As

elites agrárias entenderam que a moderação, o espírito conciliatório e a lealdade deveriam ser preservados diante do Poder Central, sob pena de perderem a proteção almejada. A Constituição de 1824, o equilíbrio entre conservadores e liberais e as propostas do Visconde do Rio Branco demonstram, não só a fragilidade política das elites da época mas, também, a clara presença da mentalidade patrimonial – estamental nos moldes de Portugal.

O Império, apesar de fragilizado frente à “passeata militar” que o destruiu em 1889, construiu o alicerce da mentalidade nacional que viria marcar politicamente o período seguinte da vida brasileira, que daria continuidade ao mandonismo local, Estado forte, sistema administrativo baseado em patronagem e clientelismo, descaso com a “coisa pública”, enfim, formas conhecidas pelas quais as elites iriam perpetuar-se no poder, com “aplausos” de um povo que não aprendeu a ser cidadão. Vale, então, o comentário de LASSWELL (1984, p.16):

Qualquer elite se defende e impõe em nome de certos símbolos comuns. Tais símbolos são a ‘ideologia’ da ordem estabelecida e a utopia dos contra-elites. Pelo uso de palavras e gestos sancionados a elite extrai sangue, trabalho, impostos e aplausos das massas. Quando a ordem política funciona normalmente, as massas veneram os símbolos; a elite consciente de sua legitimidade não tem receios e não padece de nenhuma espécie de sentimento de culpa.

Os traços do patrimonialismo, fortalecidos no Império, marcariam também a Primeira República, pois, apesar da mudança dos atores, protagonistas do poder, a cena política se repete: preponderância dos interesses particulares, descaso com a coisa pública, apego ao latifúndio, teia de compromissos, jogo de interesses e troca de favores,

entre outros aspectos que denunciariam as marcas da herança patrimonial na nascente república brasileira.

## 7. CONCLUSÃO

A questão central deste trabalho resulta da investigação das origens que propiciaram o surgimento das elites (que desenharam os contornos políticos do Brasil no Império e na Primeira República) e do reconhecimento de uma visão estatal-patrimonial do poder e, ao mesmo tempo, de uma insuficiência teórica por parte das mesmas para aprofundar a realidade do ponto de vista político-filosófico. Para tanto, elegeu-se o conceito weberiano de dominação patrimonial considerando-o bastante elucidativo para compreensão da forma pela qual o Estado lusobrasileiro se configurou. A partir dessa análise, percebe-se que o Patrimonialismo adotado em Portugal, à época da configuração do Estado Nacional brasileiro, foi um dos elementos que propiciou a formação política das nossas elites.

Formadas em Portugal à época da Universidade Pombalina, aqui chegaram imbuídas da mentalidade patrimonialística modernizadora, cujo alicerce de dominação seria o estabelecimento de uma organização política baseada numa visão científica (o progresso material do país), mantendo ainda o exercício do poder como “coisa privada” – traço do Patrimonialismo anterior a Pombal.

No período imperial brasileiro, esses segmentos influentes, absorvendo tal visão unilateral e insuficiente para encaminhar qualquer impulso político com vistas a uma Nação que se iniciara, afirmaram-se como uma elite burocrático-técnica formada à luz do ideário científico europeu – cerne da Universidade portuguesa. Elites intelectuais e aristocratas seriam o fundamento da dominação patrimonial no período, pois, como constatado, o

Estado, nesse contexto, necessitava de um quadro administrativo fiel, para ajudá-lo na manutenção do poder. Em troca disso, os referidos segmentos mantinham-se em volta da Coroa, dela recebendo vantagens e prebendas, justificando-se assim, a subserviência dos mesmos.

Além disso, introjetaram o ideal de um Estado como “pai do povo”, cujo entendimento reside na visão da sociedade como algo caótico, necessitando de um tutor para guiá-la, tomando o cuidado de que as decisões jamais partissem do povo, ficando este, desde cedo, habituado à inércia ou tolhido de expressar-se politicamente. E mais: os segmentos elitistas que sustentavam a autoridade patrimonial – aristocratas, engenheiros, mineralogistas, militares – eram profundamente anti-revolucionários. Seu conservadorismo levou-os à conciliação, a não divergirem entre si, nem desagradar ao Estado. Tudo pelo poder, nada pelo povo nem para o povo. Juntos, elites agrárias e funcionários, perpetuavam-se, fortemente; pela cooptação, na medida do possível, pela violência, se necessário, pelo espírito conciliatório, sempre.

Aponta-se, portanto, que houve uma introjeção pelas elites que compõem o poder, de um ideário político autoritário e conservador, onde a visão técnica e particular prepondera sobre as questões coletivas, criando condições desfavoráveis para o desenvolvimento sócio-econômico nacional.

Formadas em tal ambiente, os detentores do poder não conseguiam compreender a distinção entre os domínios público e privado.

Assim é que eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário 'patrimonial' do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto do seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas dos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias (HOLANDA, 1981, p.146).

O anacronismo na vida sócioeconômica brasileira relaciona-se com a permanente interpenetração entre o público e o privado, que assenta as bases do poder patrimonial no Brasil. As oligarquias políticas brasileiras nutriram-se das instituições para seu domínio, colocando a seu dispor todo o aparato estatal. Na verdade, o favoritismo tem fundamentado o Estado brasileiro, não permitindo a distinção entre o público e o privado, sendo o clientelismo uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos. Esse comportamento das elites criou condições pouco oportunas para o desenvolvimento do país, visto que o predomínio por longas décadas de segmentos oligárquicos no poder, com uma visão conservadora, levou à adoção por parte das mesmas de ações contrárias à modernização, à industrialização e às necessárias transformações sociais que fomentariam o desenvolvimento sócioeconômico. O tardio processo de industrialização brasileira e o concomitante crescimento regional desigual constitui-se como uma patente ilustração deste fato.

A Teoria da Base de Exportações ou Teoria do Produto Primário de Exportação, como visto, evidencia que o crescimento regional está diretamente relacionado ao crescimento de uma base de exportações de bens primários. Este pode provocar ou não um processo de diversificação em torno dessa base de exportações, dependendo de vários fatores, entre os quais está a ação e decisão política das elites: caso a direção seja norteadada

para o processo de diversificação, a industrialização e a modernidade podem ser alcançadas; caso contrário, a trilha da economia será rumo ao anacronismo e subdesenvolvimento. O caminho seguido pelo Brasil foi o da grande lavoura de exportação, onde imperava a concentração de terra e de renda nas mãos das elites agrárias, ficando a grande maioria da população com uma renda mínima (ou muitas vezes inexistente) que pouco atendia às suas necessidades básicas de sobrevivência. Os demais produtos manufaturados destinavam-se a uma minoria opulenta. Tal situação paradoxal gerou a falta de mercados, dificultando o processo de diversificação da base produtiva e conseqüentemente do surgimento da indústria. Assim, a economia permaneceu na dependência de poucos produtos de exportação primária e o poder político centrado nas velhas elites agrárias com visão pouco afeita ao empreendimento da modernização do país e de uma distribuição mais eqüitativa da riqueza nacional.

Na medida em que se reduz a estabilidade da velha estrutura social, maior importância assume a luta pelo poder, a qual, via de regra, passa a ser o novo fator – de não pequena monta – dessa mesma instabilidade (...) Assim, o grupo latifundiário, que controla boa parte do poder político, através das bases rurais, e atua como força repressiva sobre o processo de desenvolvimento, pode conservar por muito tempo uma influência dominante. Da mesma forma interesses externos ligados ao setor exportador podem impedir, em benefício próprio, o crescimento do mercado interno, sem que isso suscite reações de maior monta dentro do próprio sistema econômico. Destarte, a notória tendência para a estagnação que caracteriza muita das atuais economias subdesenvolvidas tem raízes profundas nas estruturas sociais (FURTADO, 1964, p. 83-4).

Todavia, apesar da desarticulação da velha estrutura agrária (alicerce do sistema político) a partir da década de 1930, a rigidez do arcaico marco institucional permanece assegurando o controle de parcela substancial do poder aos grupos da antiga estrutura agrária, mesmo com o surgimento e maior participação dos industriais e operariado nos movimentos políticos. Esses novos segmentos dirigentes, a partir de 1930, oriundos de

áreas menos ligadas aos mercados externos (como era o caso do Rio Grande do Sul), iniciariam uma política um pouco menos condicionada aos esquemas ideológicos vigentes nas regiões cafeeicultoras; todavia, esse “realismo político” ora nascente não carregou em seu bojo um grau de direcionamento consciente e a preocupação necessária com os desdobramentos das ações políticas. Tal fato, na acepção de FURTADO (1964, p.115) favoreceu “um improvisado oportunismo político”. A década de 1930, na verdade, veio reafirmar a singular forma de desenvolvimento que o capitalismo tem encontrado no Brasil, caracterizada pela ausência de rupturas claras com o passado, onde a modernização tem cunho conservador, onde o esforço para imprimir um novo sistema de poder deu-se por meio de um compromisso interelites de industrializar rapidamente o País. Não ocorreu, na verdade, um planejamento seriamente comprometido com uma política de efetivo desenvolvimento nacional. Houve, sim, uma conciliação de elites no poder, alterando os atores políticos com a permanência e reprodução de históricas e perversas cenas, tais como: a miséria, o latifúndio, a dependência e a exclusão social.

Durante todo o período imperial e a primeira fase do período republicano, as elites brasileiras deixaram-se levar por interesses externos, administrando o país como uma “coisa privada”, sem levar em conta uma nacionalidade em formação e os problemas reais do país. Estabeleceram, assim, uma relação autoritária entre *“el padre e los hijos”*. Por conseguinte, as reformas, em nome de *“los hijos”*, recebiam “aplausos das massas”. Desse modo, as elites agrárias fundamentaram um poder arbitrário no Brasil, com vistas à sua própria sobrevivência enquanto camada influente. Tendo como “universo político” um povo indefeso e sem organização, usaram de sua insuficiência teórica para traçar o caminho do jovem Brasil, seguindo a linha do progresso material ensinada pelo Marquês de Pombal

e tratando os problemas políticos como se fossem questões científicas. Com essa mentalidade, essencialmente patrimonialística, criaram leis, projetos e reformas para um país que começara pelo fim: “tivera Estado antes de ter povo”.

E são esses segmentos elitistas que, hoje, travestidos de uma pseudo-intelectualidade ou legitimados pelo poder econômico que detém, continuam sendo classe dominante. Talvez a compreensão de suas raízes, por parte da sociedade civil organizada, possa contribuir para a efetivação da cidadania do povo brasileiro, e um dia, quem sabe, consciente e conhecedor do poder adversário, possa reverter o quadro, efetivando a democratização do país. Temos uma história secular de dominação autoritária de uns poucos e de silêncio da sociedade. E hoje, decorrido tanto tempo após adquirir-se a “autonomia” política brasileira, mais calada está a Nação, mais subserviente ao poder estatal, mais viciada ao sistema prebendalístico herdado do Patrimonialismo. Espera-se que o Brasil não chegue a dois séculos de história independente com os mesmos vícios, mantendo o paradoxo de ser uma Nação sem cidadãos.

## REFERÊNCIAS

- BALDWIN, Robert E. Trad. Maria do Carmo Salazar Martins e Rev. Jacques Schwartzman **Padrões de desenvolvimento nas regiões de colonização recente**. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org). Economia regional, 1963.
- BARRETO, Vicente. **Curso de introdução ao pensamento político brasileiro**. Brasília: Ed. da UNB, 1982. 107p.
- BAUMAN, Renato; CANUTO, Otaviano; GONÇALVES, Reinaldo; PRADO, Luiz Carlos Delorme. **A nova economia internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- BOBBIO, Norberto et alii. **Curso de introdução à ciência política – política e ciência política**. 2. ed. Brasília:Ed. da UNB, 1984. 68 p.
- BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2002, 569p.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DAL’CIN, Ogeni Luiz et alli. **Democracia e participação: temas para estudo**. São Paulo: Ed. Convívio, 1987. 94 p.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato brasileiro**. 7 ed. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1987. V. 1.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia Patriarcal**. 9 ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1958, tomo I, 389 p.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América latina**. 25.ed. Trad. De Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 307p.
- LASSWELL, Harold. **Política: quem ganha o que, quando, como**. Tradução de Marco Aurélio dos Santos Chaudon. Brasília: Ed. da UNB, 1984, 172 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. 6 ed. São Paulo: Difel, 1981, 389 p. tomo I, v. 1.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 224 p.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil – da colônia à república**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1987, 271 p.

NORTH, Douglass C. Trad. Maria do Carmo Salazar Martins e Rev. Jacques Schwartzman **Teoria da localização e crescimento econômico regional**. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org). Economia regional, 1963.

\_\_\_\_\_. **A agricultura no crescimento econômico**. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org). Economia regional, 1963.

PAIM, Antonio. **A querela do estatismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro (Biblioteca Tempo Universitário), 1978. 161 p.

PAIM, Antonio; RODRIGUÉZ, R. Vélez. **Curso de introdução ao pensamento político brasileiro**. Brasília: Ed. da UNB, 1982. 133 p.

PARANHOS, José Maria da Silva. **Cartas ao amigo ausente**. Org. por José Honório Rodrigues. Brasília: Ed. Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio-Branco. 1953, 339 p.

**ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL**. São Paulo: Ed. Encyclopédia britannica do Brasil, 1987, p. 8 649-51. v. 16,

PRADO JR., Caio. **Caio Prado Júnior: história**. São Paulo: Ática, 1982.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. 24.ed. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3 ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988.

WATKINS, Melville H. Trad. Haydn Coutinho Pimenta e Rev. Jacques Schwartzman. **Teoria do crescimento econômico baseado no produto primário**. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org). Economia regional, 1963.

WEBER, Max. **Economía y sociedad** – esbozo de sociología comprensiva. Traducción de José Medina Echavarría, Juan Roura Parella, Eugênio Imaz, Eduardo García Máyne2 y José Ferrater Mora. 2.edición. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.